

# CONVERGÊNCIA



- Vaticano II. Aposta evangélica em uma Igreja do diálogo e da comunhão, em sintonia com a humanidade
- Diante do pão partido, os olhos se abrem!
- O planejamento pastoral paroquial: um desafio para a evangelização hoje
- Brasil: 2 anos de Governo Lula. Balanço – Perspectivas



CRB

# Sumário

EDITORIAL .....	129
PALAVRA DO PAPA .....	133
INFORME CRB .....	136
ARTIGOS .....	143
Vaticano II. Aposta evangélica em uma Igreja do diálogo e da comunhão, em sintonia com a humanidade .....	143
FREI CARLOS JOSAPHAT, OP	
Diante do pão partido, os olhos se abrem! .....	154
PE. DANILO CÉSAR SANTOS LIMA	
O planejamento pastoral paroquial: um desafio para a evangelização hoje .....	160
PE. MÁRIO DWULATKA	
Brasil: 2 anos de Governo Lula. Balanço – Perspectivas .....	179
PE. FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR	

*A ilustração da capa da Convergência de 2005, do artista Anderson S. Pereira, MSC – Rio de Janeiro/RJ, apresenta elementos simbólicos estilizados: a tenda, símbolo de desinstalação, de busca do essencial; a mão, sinal da presença aconchegante de Deus; a lâmpada, evocação da luz do Espírito; o caminho, sinal de itinerância do povo de Deus. Tudo converge para o horizonte do futuro, para o Sol da Vida, sob o signo da Cruz do Ressuscitado.*

*O projeto gráfico da capa foi elaborado pelo designer Luiz Henrique Sales – Rio de Janeiro/RJ.*



## CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

### DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

### REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho Editorial:

Ir. Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, NJ

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

### DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar  
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: [crb@crbnacional.org.br](mailto:crb@crbnacional.org.br)

### PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora  
Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402  
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: [letracapital@letracapital.com.br](mailto:letracapital@letracapital.com.br)

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

Assinatura

Anual

para 2005

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Números avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8,00

# Editorial



- CRB -

- BIBLIOTECA -

R. Alcindo Guanabara, 24/4º - Cinelândia  
Cep 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

15 ABR 2005

## Cristo nossa esperança

IR. MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

Os escritos paulinos fazem convergir para Cristo o motivo fundamental da esperança cristã. Para o Apóstolo, Cristo é *nosssa esperança, esperança da glória, da salvação, da vida eterna*. Aqueles que estão *separados de Cristo, não têm esperança*.

Essa atitude que, segundo os escritos paulinos caracteriza os cristãos/ãs está solidamente enraizada na Páscoa de Jesus – sua morte e ressurreição –, primícias da nossa. O Cristo glorioso nos comunica o Espírito. Possuir o Espírito é um começo, uma antecipação, uma garantia da plenitude a que estamos destinados. Precisamente por isso o Apóstolo pode argumentar: *“A esperança não decepciona porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado”*.

Seria entretanto um equívoco deduzir dessas afirmações paulinas uma visão passiva e alienada da existência cristã, uma concepção mecânica da graça e da salvação, uma espécie de isenção da condição humana frágil e vulnerável. O próprio Paulo insiste na diferença entre o germinal – o que existe já de forma incipiente e o cum-

primento pleno dessa realidade, o que ainda está por consumir-se. A esperança teologal não instala comodamente o cristão/ã na espera passiva de um quimérico *além* atrofiador de sua liberdade e responsabilidade. Não elimina a sua condição histórica, nem o dispensa do compromisso com a construção da *cidade terrena*, na solidariedade com todos os que tratam de criar condições de vida humana mais digna e mais justa para seus irmãos e irmãs, sobretudo os mais frágeis e vulneráveis, os mais desprotegidos e indefesos. De acordo com a mensagem do apóstolo Paulo, ninguém é mais livre, mais ativo, mais comprometido com os valores do Reino de Deus, mais utópico do que aquele que entendeu o verdadeiro alcance da esperança teologal e se deixa conduzir pelo Espírito através das vicissitudes, ambigüidades e contradições da história humana. Por isso mesmo, ninguém vive mais intensamente a dimensão profético-transformadora da vocação cristã. A história do cristianismo de todos os tempos, com seus profetas e mártires, é uma clara demonstração dessa verdade.

No mundo globalizado de hoje sob o domínio do *império neoliberal*, marcado a fogo pelo conflito, a violência, a exclusão, a pobreza extrema, não é menos contundente e pro-vocador o testemunho de homens e mulheres que vivem como pessoas de esperança, solidamente firmados na Promessa do Deus Vivo e conduzidos pelo seu Espírito. Superando medos e ameaças, anunciam, com sua vida e sua morte, o valor e a dignidade da pessoa humana, qualquer que seja sua origem, condição social e cor da pele. Denunciam com destemida coragem que a dominação, a exploração e a ganância se opõem frontalmente ao projeto de Deus para a humanidade. Fazem-se pobres com os pobres, pequenos com os pequenos, perseguidos com os perseguidos, e não raro são intimidados, torturados, eliminados sumariamente, como seus irmãos e irmãs cujas lutas e vicissitudes assumiram solidária e corajosamente. A vida doada e o sangue derramado, muitas vezes no anonimato, são testemunho e profecia para o Povo de Deus, fazem germinar novas sementes de profetas e mártires, alimentam a esperança e a luta pela dignidade e a Vida, clamam a Deus por justiça e reafirmam na dor e na esperança que “outro mundo é possível”. A vida e recente morte de Ir. Dorothy Stang transformaram-na num eloqüente símbolo dessa realidade. São uma autêntica pro-vocação a toda a comunidade eclesial de hoje e particularmente aos religiosos e religiosas.

Convergência deste mês de abril, no intuito de continuar fazendo memória da mais recente mulher consagrada a entregar a vida pelos seus, como Jesus de Nazaré, publica na sessão de Informes CRB dois testemunhos eloqüentes sobre a vida e a

morte da Ir. Dorothy, e o comunicado da CLAR por ocasião do fato. Publica também artigos particularmente aptos a ajudar as comunidades a reassumir cada dia seu compromisso de seguir Jesus, abraçando com ele a causa dos pequenos e excluídos.

O artigo de Frei Carlos Josaphat, OP – “Vaticano II. Aposto evangélica em uma Igreja do diálogo e da comunhão, em sintonia com a humanidade” – situa-se no marco celebrativo dos quarenta anos do Concílio Ecumênico Vaticano II. O texto pretende oferecer às comunidades elementos de reflexão sobre esse singular evento eclesial do século XX, seus desdobramentos na vida da Igreja ao longo dessas quatro décadas e os desafios que ainda hoje o Concílio continua colocando para o Povo de Deus. No dizer do autor, “o mundo eclesiástico anda às voltas com o maravilhoso dom do maior dos concílios e com timidez avança às apalpadelas pelos caminhos que ele lhe apontou em meio à complexidade de um mundo mal globalizado”. Dar a palavra à Igreja foi o grande sonho de João XXIII ao convocar o Concílio. O Papa não queria falar sozinho. Acreditava que “fora do diálogo não há salvação”. Nessa perspectiva, o artigo trata alguns aspectos históricos da preparação do concílio pela cúria romana e da “verdadeira” preparação acontecida na primeira sessão conciliar, no outono romano de 1962, quando, através do debate e da liberdade de expressão, o concílio se encaminhou para a sua “autonomia, desfazendo-se das comissões pré-conciliares, constituindo suas próprias comissões e assumindo sua difícil e fecunda liberdade de movimentos”. O texto lembra os documentos e posições do Concílio que apontaram novos caminhos e destaca o que

emerge como mais essencial, aquilo que dá ao Vaticano II a sua verdadeira característica de grande concílio, voltado corajosa e lucidamente para o essencial. O texto merece ser lido e estudado nas comunidades, no intuito de dar novo dinamismo às principais intuições desse grande evento conciliar “que foi anunciado no júbilo, mas teve uma gestação laboriosa e um parto nada fácil, e seus primeiros passos, uma acolhida nem sempre carinhosa, para não dizer fria e descuidada. O que não impede que se afirme com fé e um pouco de humor que foi no entanto concebido do Espírito Santo”.

Danilo César Santos Lima, no seu artigo – “Diante do pão partido os olhos se abrem” – oferece aos leitores uma inspirada reflexão sobre a Eucaristia. Seu artigo tem um peculiar interesse na atual circunstância eclesial da celebração do Ano Eucarístico. É sugestivo e iluminador. Nele o autor comenta alguns episódios do Novo Testamento onde o Pão é mencionado como alimento para o corpo e para o espírito, como símbolo de comunhão, de partilha, de fraternidade, de encontro, de vida. Num segundo momento do texto, o autor apresenta o lugar e o sentido do pão na oração eucarística, centrando-se sobretudo na metáfora do pão partilhado. “Um dos sinais mais bonitos da Eucaristia é o gesto da partilha do pão. Por que assim se revela o sentido mais profundo da ceia de Jesus: dar a vida como atitude possível de gerar vida nova”. O texto focaliza ainda outras questões referentes à celebração da Eucaristia que são particularmente importantes no mundo atual. Lembra que é preciso ter a coragem de deixar o gesto falar; que muitas vezes, nas nossas celebrações eucarísticas, o rito está obscurecido. Des-

taca que a Eucaristia é Sacramento do Ressuscitado e conclui afirmando que “existem ritos e símbolos essenciais à nossa fé. Temos que zelar por eles, aprender a desentranhar o seu sentido para os fiéis de hoje e fazer através deles a epifania (manifestação) do mistério que celebramos”.

“O Planejamento pastoral paroquial. Um desafio para a evangelização hoje” – de Mário Dwulatka é um texto interessante e oportuno na perspectiva do trabalho evangelizador nas paróquias. O autor começa o artigo lembrando a influência que o Vaticano II, com sua eclesiologia de comunhão, teve na organização e dinamização da pastoral orgânica de muitas Igrejas, particularmente na Igreja do Brasil. Com sentido prático, trata de projetar luz na questão dos conceitos que são frequentemente usados na pastoral, mas que nem sempre são compreendidos univocamente. Com clareza e competência traça as grandes coordenadas de uma pastoral orgânica em nível paroquial, baseando-se numa experiência concreta e focalizando aspectos de particular interesse tais como: – a questão dos métodos de planejamento pastoral; – as necessárias estruturas de comunhão e participação indispensáveis no processo; – a comunidade eclesial na sua totalidade, como sujeito participativo; – pistas de ação na pastoral orgânica paroquial; – perspectivas com visão de futuro. Na conclusão do texto, o autor insiste em que “é necessário percorrer um caminho teológico-pastoral sério, conseqüente, paciente até que as pessoas envolvidas possam assumir a co-responsabilidade pastoral, fundamental em todo o processo e nas suas diversas etapas”. Na perspectiva do mundo globalizado de hoje, onde se multiplicam parceri-

as e articulação de forças e iniciativas, a pastoral orgânica e o planejamento pastoral adquirem, sem dúvida maior atualidade e urgência. Mas é sobretudo a necessidade de encontrar caminhos de evangelização mais condizentes com a prática de Jesus o que mais deve motivar presbíteros, agentes de pastoral e toda a comunidade eclesial a agir em co-responsabilidade, superando na ação pastoral divergências e fragmentações de qualquer signo. O artigo de Mário Dwulotka é um subsídio importante nessa perspectiva, capaz de levar as comunidades não só à reflexão senão também a tomada de decisões.

“Brasil: dois anos de governo Lula. Balanço e perspectivas” – de Francisco de Aquino Júnior – é um texto interessante e provocativo. O autor lembra, no início do texto, que seu objetivo não é fazer uma análise de conjuntura da sociedade brasileira, mas apenas de um dos seus elementos: o governo. Além disso, a sua análise tem uma perspectiva bem determinada: – “o

enfrentamento da desigualdade social e a superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza no Brasil”. Por isso mesmo, o artigo começa com uma análise bem documentada do “escândalo da desigualdade social no Brasil que, no dizer do autor, não é um país pobre, mas um país injusto, um dos mais desiguais do mundo. Em seguida o autor focaliza o problema da superação da desigualdade social no governo Lula, partindo de algumas perguntas cruciais para a Nação brasileira hoje. Na parte final do artigo o autor expõe as perspectivas que o balanço permite prever. Conclui lembrando que “a esperança continua vindo de onde sempre veio: das ruas, dos acampamentos, das ocupações, das periferias, das aldeias, dos movimentos, das organizações pastorais populares, do saber e conhecimento comprometidos com a justiça social... É aí onde devemos estar todos e todas que não aceitamos o decreto de morte dado aos pobres pela lógica mercadológica que governa o mundo, e que ousamos afirmar que outro mundo é possível”.

**“A esperança não decepciona porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado,,**



# Palavra do Papa

## Mensagem do Papa João Paulo II em perspectiva do 42º dia mundial de orações pelas vocações

17 de abril de 2005

“Chamados a fazermo-nos ao largo”

Veneráveis Irmãos no Episcopado,  
caríssimos Irmãos e Irmãs!

1. “*Duc in altum*”! No início da Carta apostólica *Novo millennio ineunte* referi-me às palavras com que Jesus exorta os primeiros discípulos a lançar as redes para uma pesca que se revelará milagrosa. Disse ele a Pedro: “*Duc in altum – Faz-te ao largo*” (Lc 5,4); “Pedro e os primeiros companheiros confiaram na palavra de Cristo e lançaram as redes” (*Novo millennio ineunte*, 1).

É este episódio evangélico familiar que serve de cenário para o próximo Dia de Oração pelas Vocações, que tem como tema: “*Chamados a fazermo-nos ao largo*”. Trata-se de uma ocasião privilegiada para refletir sobre o chamamento a seguir Jesus e, em particular, a segui-l’O no caminho do sacerdócio e da vida consagrada.

2. “*Duc in altum!*” A ordem de Cristo é particularmente atual para o nosso tempo,

no qual se difunde uma certa mentalidade que favorece a falta de compromisso pessoal face às dificuldades. A primeira condição para “se fazer ao largo” é cultivar um profundo espírito de oração, alimentado pela escuta diária da Palavra de Deus. A autenticidade da vida cristã mede-se pela profundidade da oração, arte esta que se aprende humildemente “dos próprios lábios do Mestre divino, como que implorando, como os primeiros discípulos: ‘Senhor, ensina-nos a orar!’ (Lc 11,1). Na oração, fomenta-se aquele diálogo com Cristo que faz de nós seus amigos íntimos: ‘Permanecei em Mim e Eu permanecerei em vós’ (Jo 15,4)” (*Novo millennio ineunte*, 32).

A união com Cristo através da oração torna-nos capazes de nos apercebermos da sua presença, mesmo nos momentos de aparente fracasso, quando todos os esforços parecem inúteis, tal como aconteceu com os próprios Apóstolos, os quais, de-

pois de se terem afadigado durante toda a noite, exclamaram: "Mestre, não pescamos nada" (Lc 5,5). É precisamente em tais momentos que se deve abrir o coração às ondas da graça, permitindo que a palavra do Redentor possa agir em nós com todo o seu poder: "*Duc in altum!*" (cf. Novo millennio ineunte, 38).

3. Quem abre o seu coração a Cristo não só compreende o mistério da sua própria existência, mas também o da sua própria vocação e amadurece excelentes frutos de graça. Destes, o primeiro é crescimento na santidade através de um caminho espiritual que, iniciando-se com a graça do Batismo, prossegue até chegar à sua plena consecução: a caridade perfeita (cf. *ivi*, 30). Vivendo o Evangelho "*sem glosas*", o cristão torna-se cada vez mais capaz de amar ao jeito de Cristo, acolhendo a sua exortação: "Sede perfeitos, como o vosso Pai do céu é perfeito" (Mt 5, 48). Empenha-se em perseverar na unidade com os irmãos dentro da comunhão eclesial e põe-se ao serviço da nova evangelização para proclamar e testemunhar a verdade maravilhosa do amor salvífico de Deus.

4. Queridos adolescentes e jovens, é a vós que, de modo particular, renovo o convite de Cristo a "*fazer-se ao largo*". Vós encontráis-vos perante o imperativo de fazer opções decisivas em ordem ao vosso futuro. Conservo no coração a recordação das numerosas ocasiões em que em anos passados me encontrei com os jovens, entretanto já adultos e, até mesmo, pais de alguns de vós, ou sacerdotes ou religiosos e religiosas ou vossos educadores na fé. Vios alegres, como os jovens o devem ser, mas também pensativos, porque tomados pelo desejo de dar pleno "*sentido*" à sua existência. Compreendi cada vez melhor

quão forte é no coração das novas gerações a atração pelos valores do Espírito, como é sincero o seu desejo de santidade. Os jovens precisam de Cristo, mas sabem também que Cristo quis precisar deles.

Caríssimos jovens, amigos e amigas! Confiai-vos a Ele, escutai os seus ensinamentos, fixai o vosso olhar no seu rosto, perseverai na escuta da sua Palavra. Deixai que seja Ele a orientar cada uma das vossas buscas e das vossas aspirações, cada um dos vossos ideais e dos desejos do vosso coração.

5. Dirijo-me agora a vós, queridos pais e educadores cristãos, a vós, queridos sacerdotes, consagrados e catequistas. Deus confiou-vos a peculiar missão de conduzir a juventude no caminho da santidade. Sede para eles exemplo de uma generosa fidelidade a Cristo. Encorajai-os a não hesitar em "*fazerem-se ao largo*", respondendo sem delongas ao convite do Senhor. Ele chama, alguns à vida familiar, outros à vida consagrada ou ao ministério sacerdotal. Ajudai-os a saber discernir o seu caminho e a passarem a ser amigos verdadeiros de Cristo e seus autênticos discípulos. Quando os adultos, que têm fé, sabem, com as suas palavras e o seu exemplo, tornar visível o rosto de Cristo, os jovens prontificam-se mais facilmente a acolher a sua mensagem exigente, marcada pelo mistério da Cruz.

Mas depois não vos esqueçais que, também hoje, precisamos de sacerdotes santos, de almas totalmente consagradas ao serviço de Deus! Por isso, gostaria de vos repetir mais uma vez: "É urgente e necessário estruturar uma pastoral vocacional, ampla e detalhada, que envolva as paróquias, os centros de educação, as famílias, suscitando uma reflexão mais atenta aos valores essenciais da vida, cuja síntese decisiva reside na respos-

ta que cada um é convidado a dar ao chamamento de Deus, especialmente quando este pede a total doação de si mesmo e das suas próprias forças à causa do Reino" (Novo millennio ineunte, 46).

A vós, jovens, repito a palavra de Jesus: "*Duc in altum!*". Ao propor novamente este seu apelo, penso ao mesmo tempo nas palavras que Maria, sua Mãe, dirigiu aos empregados, em Caná da Galileia: "Fazei tudo o que Ele vos disser" (Jo 2,5). Queridos jovens, Cristo pede-vos a vós que aceiteis "fazer-vos ao largo" e a Virgem Maria anima-vos a não hesitardes em segui-l'O.

6. Suba de cada canto da terra ao Pai celeste, sustentada pela intercessão materna de Nossa Senhora, a ardente prece para obter "*operários para a sua seara*" (Mt 9,38). Que Ele se digne conceder sacerdotes fervorosos e santos a cada porção do seu rebanho. Apoiando-nos em tal certeza, dirijamo-nos a Cristo, Sumo Sacerdote, dizendo-lhe com renovada confiança:

Jesus, Filho de Deus,  
em quem habita toda a plenitude da divindade,  
Vós chamais todos os batizados a "fazerem-se ao largo",  
percorrendo o caminho da santidade.  
Despertai no coração dos jovens  
o desejo de serem no mundo de hoje  
testemunhas da força do Vosso amor.  
Enchei-os do Vosso Espírito de fortaleza e de prudência

para que sejam capazes descobrir a verdade plena sobre si e sobre a sua própria vocação.

Ó nosso Salvador,  
enviado pelo Pai  
para nos revelar o seu amor misericordioso,  
concedei à vossa Igreja  
o dom de jovens prontos a fazerem-se ao largo  
para serem entre os irmãos uma manifestação  
da Vossa presença salvífica e renovadora.

Virgem Santa, Mãe do Redentor,  
guia segura no caminho para Deus e para o próximo,  
Vós que guardastes as suas palavras no íntimo do coração,  
protegei com a Vossa intercessão materna as famílias e as comunidades eclesiais,  
para que estas saibam ajudar os adolescentes e os jovens  
a responder com generosidade ao chamamento do Senhor.

Amém.

*De Castelo Gandolfo, 11 agosto 2004.*

*Joannes Paulus II*



## 1. Testemunho: um pouco do que vivemos em Anapu por ocasião do assassinato de Irmã Dorothy

No dia 12 de fevereiro de 2005 às vinte e três horas saímos de Belém com destino a Anapu, para prestar solidariedade ao povo e à congregação da qual fazia parte Irmã Dorothy. Éramos um grupo formado por membros de várias entidades, movimentos, congregações religiosas e paróquias.

Depois da difícil viagem pela Transamazônica chegamos por volta das 16h30min do dia 13 em Anapu e fomos ao encontro da comunidade, reunida em frente à Igreja Matriz. Eles nos receberam com cantos e faixas com dizeres referentes à irmã Dorothy. Indicaram-nos as famílias nas quais iríamos ficar hospedados, e onde fomos muito bem acolhidos. No dia seguinte (dia 14) pela manhã, fizemos uma reunião juntamente com lideranças da comunidade para encaminharmos algumas atividades. Foram criadas três equipes de trabalho: mística e canto, confecção de faixas e cartazes, limpeza e ornamentação.

Quando foram informados os horários e os lugares por onde aconteceria o corte-

jo, toda a cidade foi convocada através da rádio local e carro de som para uma grande concentração em uma ponte que fica na chegada de Anapu, por onde passaria o cortejo vindo da pista de pouso. Às duas e meia da tarde saímos caminhando em silêncio rumo ao local combinado. A concentração na pista de pouso também era muito grande. Havia um certo clima de tensão e medo, pois não se sabia naquela multidão quem era contra ou a favor da morte de Dorothy.

Por volta das 17h30min chegaram três aviões nos quais vinham o corpo, algumas irmãs de Notre Dame e outras pessoas amigas das irmãs. Na saída do corpo do avião foi feita uma homenagem por um grupo de crianças, que seguravam um grande girassol de TNT, enquanto se cantavam músicas relacionadas ao martírio. Em seguida a polícia federal organizou o cortejo. À medida que se caminhava o número de pessoas ia aumentando. Durante todo o tempo, desde a chegada à Igreja até à hora do enterro, chegavam grupos de pessoas vindas de todas as

comunidades por onde Irmã Dorothy trabalhou e todos queriam dizer alguma coisa para ela. Os depoimentos brotavam de uma vivência e não apenas de um conhecer distante. Homens e mulheres choravam como filhos órfãos. Eram pessoas simples, pobres, sofridas que chegavam sujos de lama para dar o último adeus a uma irmã a quem denominavam de amiga, irmã, mãe, guerreira, humilde, pobre, simples, feliz, companheira, persistente, corajosa, mística, que não temia a morte.

*“Irmã Dorothy foi uma mãe para nós, porque ela nos ensinou a caminhar, a falar, a lutar”.*

*“Irmã Dorothy não vai ser enterrada, ela vai ser plantada, porque do seu sangue nascerão muitas sementes”.*

*“Não vamos parar de lutar. Irmã Dorothy vai ser a nossa força e vai estar sempre presente em nossa luta”.*

O povo ficou insatisfeito por não poder ver o rosto de irmã Dorothy. Irmã Júlia explicou que o corpo que estava no caixão era muito diferente daquele rosto feliz que todos estavam acostumados a ver, por isso colocou várias fotografias de Irmã Dorothy, sorrindo, para que todos pudessem vê-la como sempre a conheceram. Mesmo com a explicação de irmã Júlia, muitos começaram a achar que o caixão estivesse vazio e que o corpo havia sido levado para os Estados Unidos. Uma mulher não conteve sua curiosidade e por volta de uma hora da manhã, na ausência das irmãs, abriu a parte do caixão que cobre o vidro pelo qual se pode ver o rosto e muitos puderam ver que de fato o corpo estava ali.

Por volta de meio dia, saímos em procissão rumo ao Centro de formação comunitário onde seria a missa de corpo presente. Logo que começamos a caminhar aproximou-se, em sentido contrário, uma comitiva do Governo Federal: o Senador Eduardo Suplicy, o governador do Acre, Jorge Viana, representando o Presidente Lula, o Deputado Federal Zé Geraldo, um Deputado Federal do Ceará, a Senadora Ana Júlia Carepa e outros. Ao mesmo tempo, chegou também Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu. No Centro de formação teve início a celebração de corpo presente, presidida por Dom Erwin e concelebrada por vários padres.

Por conta das muitas homenagens e depoimentos, não havia pressa para encerrar a celebração. Foi uma celebração de lamento e dor pela morte de Irmã Dorothy; de denúncia dos muitos crimes que acontecem naquela região; de repúdio à impunidade; de apelo de tantos religiosos/as e lideranças às autoridades presentes; de reafirmação do compromisso de continuar a luta e o sonho de Irmã Dorothy para que seu sangue derramado não seja em vão. Enfim foi uma celebração profética. Foi também um momento de provocação para todos e todas nós que lutamos e acreditamos que vale a pena esta luta.

Durante a celebração, chegaram por telefone os comunicados da morte do ex-presidente do sindicato dos trabalhadores de Parauapebas e de outro trabalhador do município de Anapu. Parecia mentira: Padres e Bispos emocionados chorando no altar. Trabalhadores e trabalhadoras chorando por todos os lados, a cada notícia de mais uma morte. Parlamentares federais olhavam uns para os outros e também cho-

ravam, pois era impossível não chorar. Havia um clima de tensão e de medo, além da dor e da esperança na Ressurreição.

Toda a celebração foi norteadada pela vida de Irmã Dorothy e de outros mártires. As leituras foram substituídas por depoimentos de pessoas que compartilharam de momentos fortes de sua vida. O salmo responsorial foi substituído por um poema a favor da luta e da vida proferido por Padre José Boeing, SVD. No ofertório foram trazidos objetos pessoais de Irmã Dorothy: o pano com o qual enxugaram seu sangue; o tênis velho, surrado e rasgado de tanto andar, em busca da justiça para o povo de Anapu e para toda Amazônia; uma de suas camisetas, que clamava socorro ao Xingu; sua única arma – a Bíblia; uma sacolinha de pano na qual muitas vezes carregou documentos e fotos de denúncia para as autoridades e uma vela verde representando a Amazônia.

Terminada a Missa, Dom Erwin encomendou o corpo e novamente saímos em procissão para o local do enterro, um dos centros de reuniões onde Irmã Dorothy muitas vezes se reuniu com o povo para tratar dos seus problemas e planejar possíveis soluções. Este centro fica no meio do mato e é um lugar bem bonito. Para chegar até lá passamos por um caminho estreito, debai-

xo de um sol escaldante. Era impressionante aquela procissão no meio do mato, subindo e descendo ladeiras escorregadias. A comitiva de Brasília também caminhava junto com o povo. Era um contraste: Homens e mulheres pobres, simples e bem familiarizados com aquele local e homens e mulheres de blazer ou paletó, sufocados pelo calor da tarde.

No local esperava por irmã Dorothy uma simples cova cavada na terra e contornada por tijolos, feita por seus companheiros de caminhada. Depois de alguns cantos entoados pelas irmãs de sua congregação Irmã Dorothy foi plantada como disse um de seus companheiros. Ela pedira ainda em vida que não queria túmulo quando morresse, mas que sobre sua sepultura fosse plantado um pé de Mogno, pois ela era uma grande defensora da Amazônia.

A experiência em Anapu foi para cada um/a de nós um momento de repensarmos nossa opção pelo Reino de Deus e, particularmente, mais uma vez cheguei à conclusão de que optar pelo Projeto de Jesus Cristo é colocar-se à disposição para viver e morrer por ele.

*Irmã Cláudia Regina Carlos de Morais*  
Congregação das Irmãs Missionárias da  
Imaculada Conceição

## 2. Irmã Dorothy: testemunho de uma companheira de missão

Sou Irmã Cecília Hammes, Franciscana da Penitência e da Caridade Cristã. Conheci Ir. Dorothy quando trabalhamos na mesma diocese, a Prelazia do Xingu, de 1982 até 1995.

Teria muito a dizer sobre Ir. Dorothy. Mas, como o tempo é limitado, pontuei algumas coisas.

Irmã Dorothy foi uma irmã muito alegre e autêntica, esperançosa, de extrema

simplicidade e capacidade muito grande de ser pequena entre os pequenos e pobres.

Quando chegou à Prelazia do Xingu, apresentou-se ao bispo e pediu um lugar onde pudesse ser pobre entre os mais pobres. E o bispo enviou-a para Anapu, na Transamazônica leste, onde se dedicou com incansável esforço junto ao povo dessa região até o dia em que foi assassinada, conforme ouvimos no comentário inicial.

Sua fé encarnada, enraizada na Palavra de Deus, no Deus libertador que quer vida e liberdade para todos os seus filhos, fez com que abraçasse com fidelidade e garra os objetivos e prioridades da Igreja do Xingu. Por isso sua morte não é um fato isolado, mas consequência, preço da caminhada de uma Igreja que tem uma clara e decidida opção pelos empobrecidos.

Sua preocupação foi sempre a formação de lideranças leigas para atuarem nas CEBs, o respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. Neste sentido, articulou cursos e encontros de formação bíblica e litúrgica para catequistas e animadores, bem como, encontros e cursos de formação para professores; ajudou os agricultores a organizarem seu sindicato e a criarem o caminhão comunitário para comercializar a produção. Participou da Comissão da Pastoral da Terra e acompanhou

com firmeza e paixão a vida e a luta dos trabalhadores do campo que, desde 1997, pretendem estabelecer projetos de assentamento adequados à conservação da Amazônia, os conhecidos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

No começo, Ir. Dorothy chegou sozinha, sem outras irmãs da sua Congregação. Então, quando ia a Altamira, procurava Casas Religiosas e partilhava com as Irmãs suas dores, alegrias, fracassos e esperanças. Participava com alegria e assiduidade dos encontros e retiros da CRB e dos agentes de Pastoral da Prelazia. Isto, para ela, era importante para alimentar a mística.

A morte violenta de Ir. Dorothy é *mais uma*, acrescentada a uma fileira de tantas vidas inocentes ceifadas numa região onde a violência é deliberada, encomendada e está a serviço de grupos que controlam o poder (fazendeiros, madeireiros e grileiros), conforme nota da CPT.

Nesta celebração pedimos ao Deus da Vida que, do sangue derramado de Ir. Dorothy e de tantos outros agricultores e lideranças, brotem enfim sementes de justiça e paz. **Ir. Dorothy, rogai por nós!**

(Testemunho lido em 22/02/2005, no Santuário de Santo Antônio, em Feira de Santana-BA, por ocasião da Celebração Eucarística em memória de Ir. Dorothy Stang.)

### 3. “Não tenhas medo, continua falando e não cales. Eu estou contigo”. (At 18,9-10)

*QUERIDOS Irmãos e queridas Irmãs,  
companheiros e companheiras de toda a  
Vida Religiosa da América Latina e Caribe.*

Mais uma vez somos convidados e convidadas pela ação do Espírito, a eliminar com alegria o rancor, a desconfiança e o temor, e

a edificar com vigor nossa vida e nossa esperança em Jesus Ressuscitado que infunde em nós a liberdade e a alegria de viver. Paradoxalmente, hoje, nos encontramos diante de outro fato que amplia a lista dos mártires de nossos povos que morrem cotidiana e paulatinamente. Mártires, vítimas das injustiças sociais, da violência e por atrever-se em dizer a verdade com a palavra e a vida.

Jesus agradecia a seu Pai por haver revelado suas maravilhas aos pequenos e disse aos discípulos: “não se alegrem porque os espíritos lhes são submissos, mas alegrem-se porque os vossos nomes estão inscritos nos céus...” (Lc 10,20). Da mesma maneira lhes anunciou: “felizes os que são perseguidos por causa do bem, porque deles é o Reino dos Céus”. (Mt 5,10).

A CLAR, apropriando-se destas palavras do Bom Jesus de Nazaré, faz o seguinte PRONUNCIAMENTO:

**1. REPUDIAMOS O VIL ASSASSINATO DE NOSSA IRMÃ DOROTHY STANG**, cometido no dia 12 de fevereiro de 2005 no Brasil. Era membro da Congregação de Notre Dame de Namur e tinha 74 anos de vida, muitos dos quais vividos em constante luta. Quiseram calar sua voz, mas não sabem esses que, na vida a voz do povo ressuscita.

**2. DENUNCIAMOS NESTE ASSASSINATO, TODOS OS ASSASSINATOS DE MULHERES COMETIDOS NESTES ÚLTIMOS ANOS EM TODA A AMÉRICA LATINA E NO CARIBE.**

**3. EXIGIMOS QUE SE FAÇA JUSTIÇA.** Fazemos um apelo às autoridades do

Governo do Brasil, Executivas, Militares e Cíveis para que não deixem impune este horrível ato criminal. Mesmo assim, ante os demais assassinatos, exigimos de todos os Governos do Continente Latino-americano que façam cumprir a justiça para que possam abrir caminhos de perdão e reconciliação, em vista da reconstrução do tecido social e que haja paz para nossos povos. Nós lhes pedimos que desempenhem seu serviço com Justiça, Honestidade e VERACIDADE, em fidelidade ao povo que os elegeu.

**4. SOLIDARIZAMO-NOS** com as Irmãs de NOTRE DAME DE NAMUR, COM A FAMÍLIA DE IRMÃ DOROTHY, COM O POVO COM QUEM COMPARTILHOU SUA VIDA, COM OS E AS RELIGIOSAS DO BRASIL, COM A CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL E COM TODAS AS FAMÍLIAS DE TANTAS VÍTIMAS QUE SÃO IGNORADAS.

**5. CONVIDAMOS A TODA A VIDA RELIGIOSA E A TODA A IGREJA LATINO-AMERICANA**, a unirmos nossa esperança e nossa voz à de Ester que disse: “Ó Deus, que superas a todos em poder, escuta a voz destes desesperados, livra-nos das mãos dos maus e a mim, tira o medo” (Ester 14,19). Para que juntas e juntos possamos ser testemunho de que outro mundo é possível, um mundo mais humanizado e em paz e anunciar com nossa Vida religiosa Mística e profética que a proteção da vida, a diversidade e a beleza da terra é um dever sagrado.

Estimados Irmãos e Irmãs, Deus esteja com vocês!

*Presidência da CLAR*

## 4. MENSAGEM DA CLAR

### XXXVII Junta Diretiva

Cochabamba (Bolívia), de 7 a 11 de Março de 2005

A cidade boliviana de Cochabamba foi o lugar do encontro fraterno de religiosos/as, representantes de 19 países da América Latina e Caribe, para celebrar a XXXVII Junta Diretiva da CLAR, de 7 a 11 de março de 2005. Contamos com a presença de Dom Franc Rodé, prefeito da Congregação dos Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica. Também recebemos a visita e o ânimo dos senhores bispos Dom Ivo Scapolo, núncio apostólico de Bolívia, Dom Antonio Reimann, presidente da Comissão Episcopal para a Vida Consagrada, Dom Edmundo Abastoflor, arcebispo de La Paz e Dom Jesús Juárez, bispo de El Alto (La Paz).

Chegamos com a intenção de continuar acompanhando o processo do renascer místico e profético da Vida Religiosa na América Latina e no Caribe.

Partimos da realidade conjuntural de nossos países, marcada pela globalização excludente e pelo neoliberalismo privatizador, a crise de governabilidade e dos partidos políticos tradicionais, a corrupção econômica-política-judicial, o empobrecimento e injustiça, violência institucional e social, o desemprego e a migração, os conflitos pelos recursos naturais e o colonialismo interno e externo.

Tudo isto provoca em nosso povo desalento e frustração, porém também uma reação de esperança na participação cidadã

da sociedade civil, acreditando que "outro mundo seja possível", porque nossa terra tem um amor desenfreado à liberdade e vocação solidária, com capacidade de organização, mobilização e simbolismo.

Nossa vida consagrada participa, com humildade, desta realidade de luzes e sombras de nossos povos. Como místicos/as de olhos abertos, acompanhamos o povo aflito e pobre que grita, geme e espera encontrar sentido para sua dor, justiça na iniquidade e misericórdia na escuta. Procuramos mostrar o Deus amor, fiel, honrado, não violento e defensor dos pobres, o Deus de Jesus.

Com a brisa afetiva e efetiva do Espírito, descobrimos as novidades da VR na América Latina e Caribe: protagonismo da mulher na VR, na Igreja e na sociedade; surgimento da VR indígena e afrodescendente; colaboração com os leigos e sua participação nos carismas fundacionais; diálogo ecumênico; abertura à sociedade civil, consciência cidadã e ecológica; crescentes experiências de intercongregacionalidade; compromisso com a justiça e a paz, inclusive chegando até o martírio (como o recente assassinato da Irmã Dorothy Stang); presença sensível, silenciosa, testemunhal e inserida entre os pobres.

Ao considerar os avanços do Projeto pelo Caminho de Emaús, impulsionado por esta

Confederação, motivados/as pelo Congresso Internacional de Vida Consagrada celebrado em Roma em novembro de 2004, queremos continuar o processo de refundação e discernimento. Acolhendo os desafios de nosso povo, tratando de expressar o que somos, com novidade e paixão a partir da mística do encontro com Cristo e do profetismo humilde das mãos estendidas para a humanidade ferida, podemos viver nossa identidade e vocação à santidade, sendo sinais do Deus encarnado.

A CLAR exorta a todos/as os/as religiosos/as a ser a ternura de Deus entre os pobres, seu rosto inculturado no meio do povo e presença significativa da Igreja na construção do Reino, especialmente em lugares de fronteira, com espírito de diálogo fraterno, em comunhão e participação com nossos pastores.

Ao celebrar o 25° aniversário do martírio de Mons. Oscar Romero, para quem pedimos a beatificação, urge continuar o caminho de refundação com o testemunho dos inumeráveis mártires de nosso continente, buscando a liberdade interior e a alegria a partir da novidade do Evangelho, a experiência radical do Deus de Jesus e a fidelidade a nossas opções proféticas.

Colocamos nas mãos da Virgem Maria, Nossa Senhora de Urkupinha, o conflito que o povo boliviano está sofrendo, os sonhos da vida religiosa jovem deste país e o trabalho das diferentes Conferências Religiosas.

*Casa Dom Bosco Fátima*

*Cochabamba (Bolívia), 11 de Março de  
2005*

**“Irmã Dorothy foi uma mãe  
para nós, porque ela nos ensinou a  
caminhar, a falar, a lutar,”**

## Vaticano II.

# Aposta evangélica em uma Igreja do diálogo e da comunhão, em sintonia com a humanidade

FREI CARLOS JOSAPHAT, OP

A comemoração dos quarenta anos do Concílio Vaticano II, especialmente das suas Constituições sobre a Igreja em seu mistério e em suas relações com o mundo, vem sendo celebrada pelas comunidades com mais ou menos entusiasmo. Talvez menos do que mais. Bom número de religiosos nem chegaria a notar que, pela primeira vez na sua história, a Igreja se ocupa deles em um documento dogmático, ostentando-os como elemento essencial na vida da Igreja. Ora, essa visão sintetizada no capítulo sexto da Constituição *Lumen gentium* decorre da nova consciência a que chegou a Igreja conciliar, reconhecendo e proclamando sua identidade como comunidade de santidade e não como instituição de poder. A vida consagrada resplandece assim feito o centro, o coração mesmo do "mistério da Igreja" (evocado no capítulo 1º da mesma Constituição).

### O maior de todos os concílios

Esse exemplo já nos vai introduzindo na realidade tecida de ambigüidades e rica de ensinamentos que estamos vivendo hoje. O mundo eclesiástico anda às voltas com o maravilhoso dom do maior dos concílios e com timidez avança às apalpadelas pelos caminhos que ele lhe apontou em meio à complexidade de um mundo mal globalizado. É mais do que oportuno insistir sobre o que Paulo VI declarava ao encerrar Vaticano II: ele foi o grande, senão o maior concílio em toda a história da Igreja:

"O Concílio Ecumênico Vaticano II (. . .) foi o maior concílio pelo número de Padres, vindos de todas as partes da terra, mesmo daquelas onde só há pouco foi constituída a hierarquia; foi o mais rico pelos temas que, durante quatro sessões, foram tratados com empenho e perfeição. Foi o mais oportuno, enfim, porque tendo em conta as exigências dos nossos dias, aten-

deu sobretudo às necessidades pastorais; e, alimentando a chama da caridade, esforçou-se muito para atingir com afeto fraterno não só os cristãos ainda separados da comunhão da Sé Apostólica, mas também toda família humana<sup>1</sup>.

Os problemas que vêm surgindo na recepção e aplicação atual do Concílio já se faziam pressentir desde o momento de sua convocação bem como em todas as etapas de sua preparação, de sua celebração e promulgação. Vaticano II foi anunciado no júbilo, mas teve uma gestação laboriosa, um parto nada fácil, e seus primeiros passos tiveram uma acolhida nem sempre carinhosa, para não dizer fria e descuidada. O que não impede que se afirme com fé e um pouco de humor que foi no entanto concebido do Espírito Santo.

## Dar a palavra à Igreja

O papa João XXIII, em tom modesto e humilde, mas com uma firmeza crescente, atribui à luz e ao elã do Espírito Santo a sua iniciativa de anunciar o novo concílio no dia 25 de janeiro de 1959, três meses após sua eleição à cátedra de Pedro. Nessa sua mensagem surpreendeu o mundo, ao propor três iniciativas visando a renovação da Igreja: primeiramente, um sínodo da Igreja de Roma; no fim, a reforma do Código de Direito Canônico; e, no centro, o concílio ecumênico, apresentado como um novo Pentecostes para a Igreja e para o mundo.

Sobretudo com o decorrer do tempo, vê-se claramente que o maior empenho do Papa é dar a palavra à Igreja. Quer criar condições para um diálogo geral e bem organizado, capaz de assegurar a todos a par-

ticipação em um movimento de *aggiornamento*, de fidelidade dinâmica, progressiva da comunidade eclesial e mesmo da humanidade, em busca dos valores humanos e evangélicos. João XXIII se mostra admirável pelas suas grandes encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963) e por suas alocuções ao Concílio. Mas a macia e indiscutível originalidade desse Papa bondoso e sábio, o que lhe assegura um lugar único na história do cristianismo e do mundo está em crer no supremo valor da Palavra ressoando na Igreja. Ele aposta na comunhão e no diálogo como meios indispensáveis para que o Espírito de verdade e de amor se faça ouvir e possa transformar pessoas e comunidades.

Dando, restituindo a palavra à Igreja, ele abria o caminho mais difícil, mas igualmente o único certo e eficaz, para que a verdade e o amor predominem na comunidade eclesial. Nesta como em qualquer sociedade humana é sempre imprescindível suprimir a exclusão fatal que é a mudez e a passividade dos fiéis, dos cidadãos diante dos problemas e questões que interessam a todos. Por mais sagrada que se proclame, uma autoridade que usurpa o monopólio da palavra vira um poder tirânico e totalitário; pode acertar por algum tempo, pon-do "ordem" na sociedade, mas só faz é acumular mais crises para o futuro.

Contudo, se o Pontífice não queria falar sozinho, como fizeram tantos de seus predecessores, Pio IX, Pio X e Pio XII, por exemplo, como dar a palavra à Igreja, de que forma, em que ordem, para que os detentores da autoridade e seus apaniguados não reduzam os outros ao silêncio? Um

<sup>1</sup> Carta apostólica com a qual Paulo VI encerra o Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965.

exemplo negativo veio confirmar quanto é melindroso criar sem mais esse espaço de palavra no mundo eclesiástico. O Sínodo da cidade de Roma se realizou prontamente já em 1959, sem discussões nem problemas. Conduzido pela Cúria Romana, sem consulta e com o mínimo de participação, o Sínodo Romano foi um fracasso absoluto. Produziu um feixe bem amarrado de prescrições disciplinares, insistindo sobre “vestes talares” e outras minudências dos costumes clericais. Ignorava a realidade da vida e da sociedade. Também foi logo e para sempre objeto de um esquecimento total.

O Concílio obedecerá ao empenho de dar mesmo a palavra a toda a Igreja. Com quem podia contar o generoso e corajoso idealista João XXIII? Antes de mais ninguém, tinha que recorrer à Cúria Romana. Depois haveria de convocar os bispos todos da Igreja católica. Os fiéis no seu conjunto não estavam organizados para serem ouvidos de maneira ampla e eficaz. Havia os teólogos, as Universidades e Institutos católicos. Mais ainda, eram da maior importância os movimentos, as comunidades, com seus líderes, trabalhando, batalhando ou pelos menos suspirando por uma renovação da Igreja e, como se dizia então, por “um mundo melhor”. No sentido almejado pelo Papa de buscar a união dos cristãos e mesmo dos crentes em geral, vinham surgindo atividades, encontros e grupos ecumênicos tolerados senão respaldados pelas autoridades eclesiásticas das várias denominações religiosas.

O carisma de João XXIII, traduzindo-se amavelmente em seu jeito habilidoso, firme e suave, consistiu em dinamizar essas forças e seus aliados, deixando-lhes espaços de autonomia, fazendo que uns ouvis-

sem e acatassem os outros, estando certo que a verdade e o bem haveriam de prevalecer, na medida em que o diálogo fosse leal e efetivo. Fora do diálogo não há salvação. Dentro do diálogo, a graça vai abrindo caminhos com lentidão e paciência, à semelhança e à luz da “condescendência” de Deus. Antecipando um pouco, talvez se possa resumir: a marcha do Concílio foi marcada pela audácia e pela paciência criativas inauguradas por João XXIII e prolongadas em outro estilo por Paulo VI, abrindo na Igreja o vaivém da palavra e da escuta; a etapa pós-conciliar se deixou enroscar por vagas de medo, apelando para atitudes e gestos autoritários, que produzem os efeitos contrários aos desejados: desacreditam o poder e o magistério eclesiásticos e acabam enfeando o rosto divino de nossa Mãe, a bem-amada Esposa de Cristo.

## **O sonho do Papa nas mãos da burocracia**

Vaticano II nos oferece uma braçada de preciosos ensinamentos nos ricos dezesseis documentos que conseguiu promulgar por unanimidade, mas igualmente e mais ainda nos ilumina pela maneira com que alcançou esse espinhoso consenso nas quatro sessões e intersessões trabalhosas de 1962 a 1965.

Pois, o Concílio se desenrola como um processo, inspirado e animado pela confiança em todos aqueles que constituem a Igreja. A Igreja vive então uma espécie de ato de fé comunitário na graça, na presença e na ação do Espírito Santo; mas torna-se consciente de que só ouvirá a voz desse Mestre interior na medida em que todos juntos se põem a aceitar e a decifrar a inicial algazarra de tantos interlocutores diferentes e mesmo bizarros. Esse ato de fé

no diálogo e na comunhão sob o sopro e a serviço do Espírito renovador é o segredo do otimismo de João XXIII; fala sempre com entusiasmo do Concílio, ao mesmo tempo em que entrega a preparação desse sonho à Cúria Romana, tendo à frente a Congregação do Santo Ofício (hoje rejuvenescida sob o nome de Congregação para a Doutrina da Fé). O Papa não era ingênuo. No começo do pontificado, falando a um grupo de jovens padres e advertindo-os dos riscos da vida sacerdotal, não é que, um tanto sorridente, confia, em uma espécie de parábola, que também ele, no verdor de seus primeiros ministérios, teve de acolher avisos e bons conselhos do Santo Ofício.

Agora, confiando em Deus e na capacidade de diálogo da Igreja, João XXIII não via outro caminho senão entregar ao reducto mais conservador da conservadora Cúria Romana, a missão de preparar e pôr em marcha o Segundo Concílio do Vaticano. Após um curto espaço de hesitação, esse trabalho foi feito, com presteza, com certa técnica, tudo sendo ajustado para que a Assembléia Conciliar pudesse logo se realizar com a maior rapidez e fixasse a Igreja na rotina repetitiva já bem consolidada pelos pontificados anteriores.

Uma consulta ao episcopado foi efetuada, analisada e codificada por comissões escolhidas e norteadas pelo Santo Ofício. A partir das respostas dos bispos, sempre convenientemente interpretadas por teólogos e outros oficiais da Cúria, foram elaborados nada menos de 71 projetos pré-conciliares; segundo seus diligentes autores, careciam apenas de passar por uma ligeira discussão para serem aprovados solenemente pelo Concílio.

O que visavam esses projetos? Condensar e homologar a ortodoxia católica e conde-

nar os erros modernos, na linha do Sílabo e das encíclicas de Pio IX. Uma constituição dogmática deveria proclamar e defender o "Depósito da Fé". Por incrível que pareça, ainda uma constituição dogmática teria a missão de definir a "Nova Ordem Moral Cristã Objetiva", exorcizando as diferentes formas de "relativismo" e de "subjetivismo". Outra constituição (também dogmática!) estava prevista e bem preparada para condenar os erros sobre a sexualidade e estabelecer a doutrina indiscutível sobre a "Castidade, a Virgindade e o Matrimônio". O curioso é que todos esses trabalhos preparatórios eram levados a cabo por ordem e sob as bênçãos do Papa, que continuava no entanto a falar do Concílio como promessa e esperança de renovação. É o que se evidencia da leitura de suas Alocuções convocando e abrindo a Assembléia conciliar.

Para não falar de ambigüidade, digamos com certa deferência, o Concílio se inaugurava em 11 de outubro de 1962, como uma massa de propostas da maior ambivalência. O belo sonho do "novo Pentecostes" se diluía em interditos passando pelo rude controle de uma burocracia segura de si e satisfeita da situação da Igreja.

## **O diálogo a serviço da renovação**

Nas oito semanas da sua primeira sessão, Vaticano II não chegou a produzir nenhum documento, frustrando as expectativas de todos e especialmente as esperanças da Cúria Romana, pois tinha preparado um breve concílio que lhe homologasse os projetos, síntese reaquecida (de uns aspectos) da tradição. Na verdade, esses 59 dias (de 11 de outubro a 7 de dezembro de 1962) foram decisivos, determinando o que seria mesmo o Concílio renovador.

No centro de tudo está a realidade do diálogo que se estabelece entre todas as tendências que agitavam e dividiam a Igreja. Da graça desse diálogo brotará enfim o milagre de um novo paradigma de compreensão da Igreja. Ela se verá qual comunhão do Espírito, à luz de um novo paradigma de Deus Amor Universal, donde brotará uma nova ética pessoal e social inspirada nos valores evangélicos e humanos de solidariedade e de responsabilidade, relegando a velha moral dos interditos e culpabilizações.

A questão das questões explodia após uns vinte dias de encontros, de choques e de alianças que se iam tecendo entre os líderes, os futuros protagonistas do Vaticano II. Bem no auge dos debates e embates, essa questão era bem colocada em seu *Diário* pelo profeta da paciência, João XXIII. “É possível que surja algum conflito”, notava ele em 14 de novembro. “De um lado, em seu teor os projetos preparatórios (da Cúria) não traduzem as intenções exatas do Papa em seus discursos oficiais. De outra parte, oito cardeais (os líderes renovadores do Concílio), apoiados naquelas intenções colocaram em descrédito o ponto essencial da proposta (curial). Que o Senhor nos assista e nos reúna”. Palavras de ouro na sua maravilhosa simplicidade. Dão-nos a chave do que se passava e do que se passará no Concílio, e mesmo na Igreja pós-conciliar. Há os que não entendem e embaralham as “intenções (renovadoras) do Papa”, e arquitetam um velho concílio no estilo da autoridade dominadora e centralizada. Há aqueles, aqui são mencionados oito cardeais, que representam suas comunidades locais e começam a congraçar o conjunto do episcopado em torno da recusa do que fora mal planejado

e na busca de um verdadeiro concílio que escute toda a Igreja e lhe dê a palavra para proclamar o Evangelho hoje.

Seria da maior importância discernir os traços dessa Igreja que se vê representada por uma plêiade de Pastores, buscando novos caminhos, assessorados por teólogos que partilham de suas aspirações. Eles tornam presentes as comunidades e movimentos renovadores no campo da leitura e difusão da Bíblia, da participação litúrgica, da Ação Católica, do compromisso social, da valorização do laicato e das realidades terrestres, sem esquecer os que falavam em nome da “Igreja dos pobres”. Todos esses estavam sintonizados com “as intenções do Papa”. Na força e na macieza do diálogo, eles chegarão a se desfazer da tutela da Cúria Romana, e a fazer o Concílio de João XXIII, dos bispos, dos teólogos, dos movimentos renovadores da Igreja, em consonância com os votos dos “observadores” não católicos que fraternizavam com o suspirado *aggiornamento* da Igreja.

O momento simbólico da virada da assembleia conciliar foi o voto do dia 20 de novembro (de 1962) que relegava o mais típico dos projetos preparados sob a égide da Cúria “Sobre as Duas Fontes da Revelação”. O Concílio se encaminhava para sua autonomia, desfazendo-se das comissões pré-conciliares, constituindo suas próprias comissões e assumindo sua difícil e fecunda liberdade de movimentos. Essa derubada dos “projetos” que João XXIII qualificava de alheios “às intenções do Papa” foi tanto mais significativa quanto contou com o apoio do próprio Papa. Ele teve que intervir, pois a esmagadora maioria dos bispos que rejeitara o projeto não atingira os dois terços exigidos pelo regulamento.

Assim se configurava a verdadeira imagem do Concílio: o conjunto dos bispos com o Papa à frente, recusando a velharia formalizada e se aventurando pelos caminhos da renovação da Igreja.

## **Tudo tem que passar por uma suada unanimidade**

Primeira vitória do diálogo sobre projetos pré-fabricados, a primeira sessão inaugurava a marcha do Concílio de forma colegial, multiplicando os encontros nas três futuras sessões e talvez mais ainda nas etapas intermediárias. A busca de novos caminhos se ampliava e intensificava, ao passo que os conservadores davam mostras de já ter dado sua medida, não criavam mais, passando ao papel de "oposição", sem dúvida aguerrida, nos propósitos de frear e limitar os paradigmas inovadores. Sobre tudo se engenhavam em introduzir nos textos a ser aprovados por unanimidade uns ganchos ou brechas que permitissem mais tarde atenuar senão anular a força transformadora do que ficou decidido.

Pois o Concílio devia e queria evitar o tipo de jogo parlamentar de uma maioria que se impõe a uma minoria. Apesar das diferenças, os Padres conciliares acreditavam fraternizar na mesma fé e no mesmo amor à Igreja. Pelo diálogo respeitoso e leal, na base de argumentos, se haveria de chegar à unanimidade sempre desejada nos concílios ecumênicos. Sem dúvida, não se poderia esquecer a influência dos interesses, a atenção voltada para as conseqüências, que as decisões tomadas teriam sobre os modelos de vida já implantados na Igreja. Assim na segunda sessão (de 1963), mediante um esforço intenso foi possível levar a termo e promulgar os dois primei-

ros documentos do Concílio, sobre dois temas que mereceram menos atenção e menos vigilância do Santo Ofício e de sua Comissão doutrinal. Esta andava mais empenhada em evitar "novidades" nas questões dogmáticas, na compreensão da Igreja, da tradição e da autoridade central do Sumo Pontífice. Ao lado do tranqüilo *Decreto sobre os Meios de Comunicação social, a Constituição sobre a liturgia* pôde então ser aceita por unanimidade, introduzindo o que havia de mais importante e mesmo de fundamental na renovação já inaugurada nesse setor central da vida da Igreja, agora homologada, ampliada e aprofundada graças aos protagonistas do movimento litúrgico. Este já vinha operando mesmo em Roma em um Instituto litúrgico estabelecido por Pio XII, e era mais ativo na Igreja universal, bem animado aqui no Brasil, como testemunhavam a presença e os intensos esforços de Dom Clemente Isnard (esse grande e querido beneditino!).

No entanto, a exigente condição da unanimidade fez com que os "conservadores" marcassem seus tentos, conseguindo manter o latim como língua litúrgica, permitindo a leitura em vernáculo apenas das leituras "destinadas à instrução dos fiéis". Essas e muitas outras restrições que poderiam anular o sentido profundamente inovador da Constituição conciliar foram logo superadas pela própria autoridade central da Igreja. Mas para esse documento como para os demais, a minoria oposta à renovação, valendo-se do empenho geral de salvaguardar "o bem da paz" e manter um consenso unânime, acertava com freqüência na estratégia de semear nos textos reservas e condições que impedissem o pleno e pronto *aggiornamento*, evitando as

modificações profundas e institucionais, visadas por João XXIII e exigidas pela atualização evangélica da Igreja hoje.

Nada de mais urgente, portanto, nessa época pós-conciliar, do que o discernimento histórico, teológico, espiritual e pastoral dessa marcha do Concílio, animado de uma inspiração profunda de renovar suscitando a convicção e o consenso, mas sendo cerceado pelas dificuldades e oposições inerentes a todo projeto de renovação, mais ainda pelos obstáculos criados pelos defensores de uma visão estreita da tradição e aferrados em manter as instituições e consolidar uma autoridade centralizada.

### Pio IX ou João XXIII?

Na perspectiva desse discernimento, a terceira sessão de 1964 surge como o coração do Concílio, o momento em que ele vai definir a identidade evangélica da Igreja, convidando-a a viver a realidade de um “novo Pentecostes”, tomando consciência de ser hoje “o sacramento universal da reconciliação da humanidade com Deus”.

Recentemente foram beatificados juntos Pio IX e João XXIII. Não cabe aqui comentar essa junção surpreendente. Surpresa por surpresa, meu coração bateria mais do lado de Dom Hélder que, logo após a morte do Pontífice profeta, sugeria em 1963 que o Concílio se encerrasse canonizando (por aclamação!) o papa João XXIII. O que nos interessa é o que se passa então no Concílio, especialmente após a encíclica de Paulo VI, *Ecclesiam suam* (de 6 de agosto de 1964), na qual o Papa proclamava, no bom momento, que o diálogo era para a Igreja a forma privilegiada de anunciar e testemunhar o Evangelho.

Pois bem, era chegada a hora – única na

sua história – na qual ela se empenha em dizer para si e para o mundo a sua identidade de comunidade fundada por Cristo e animada por seu Espírito. E isso, sem qualquer animosidade polêmica, sem condenar nem excluir ninguém, mas no puro e luminoso desejo de reconhecer e confessar o Dom do Amor de Deus, presente especialmente no “mistério” da Igreja, e levando essa Igreja a apontar esse Amor agindo na história, na caminhada penosa e ascendente da humanidade, através de todas as religiões e da busca sofrida dos valores e direitos humanos.

Olhando o jogo conciliar em profundidade, Vaticano II enfrentava o dilema: Pio IX ou João XXIII? Não se trata de opor um ao outro como a verdade ao erro, mas de discernir as grandes prioridades, as preferências, o destaque dos valores essenciais, em um e no outro: ou a “condenação” do mundo moderno no Sílabo e nas encíclicas de Pio IX; ou o diálogo cristão, inter-religioso, intercultural, a abertura aos valores humanos, democráticos, aos direitos e às liberdades fundamentais, no prolongamento das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII. A maioria renovadora do Concílio tinha em mãos os documentos de João XXIII, ao passo que os líderes da oposição (conservadora) dispunham de uma ampla antologia de Pio IX e de outros pontífices antimodernos, compilados e harmonizados na rica documentação e nos anteprojetos preparados pelas comissões prê-conciliares.

Afrontavam-se dois paradigmas doutrinários e dois modelos de prática pastoral, reconhecendo-se mutuamente como católicos, mas se opondo na interpretação do papel da Igreja diante do “mundo”, diante da história, diante dos movimen-

tos de revolução e emancipação, muito especialmente discordavam sobre a atitude da Igreja diante do social, da responsabilidade dos cristãos em se empenharem por uma sociedade justa e solidária. Aqui bate o ponto. No começo do Concílio, na fase de sua preparação, prevalece a tendência de definir dogmas em oposição ao erro, ao mal, a falsas reformas e revoluções que “abateram o trono e o altar”, proscrevendo perversões de ontem e de hoje, afirmando-se como a ortodoxia salvadora garantida pelo Magistério. Reformar a Igreja significaria garantir e consolidar essa posição rija e autoritária.

Ora a “Igreja do diálogo” – proclamada em boa hora por Paulo VI em sua primeira encíclica – é a Igreja da verdade que não se prevalece da autoridade, mas confia na própria força da verdade, na energia própria à mensagem de amor do Evangelho, crê na graça que trabalha os corações já antes da chegada da Igreja, estima a inteligência e apela para a comunhão das inteligências na livre busca da verdade; tem uma fé viva e audaciosa na ação do Espírito de Verdade e de Amor no decorrer da história e no seio de todas as religiões e de todas as culturas humanas. A Igreja não se declara a única verdadeira excluindo todas as outras, mas proclama que recebeu o Dom do Espírito da Verdade, e na gratidão e na docilidade a esse mesmo Espírito o reconhece, dá testemunho de sua presença fecunda em tudo o que é bom, justo, verdadeiro na diversidade prodigiosa e enriquecedora das religiões. Então, a Igreja de Cristo e do Espírito convida todas as entidades religiosas, a começar por si mesma, a desfazer-se da idolatria, das superstições, do egocentrismo pietista individual e corpo-

rativo, à conversão dos corações e à promoção da justiça nas sociedades.

Desse maravilhoso (e difícil) paradigma da Igreja da Verdade e do Amor, da comunhão do diálogo, e portanto da reconciliação, e não do “anátoma”, brotarão os 14 documentos das duas sessões (de 1964 e 1965), que marcam a plena maturidade e a fecundidade doutrinal e espiritual do maior de todos concílios. Desde então (aqui vai uma confidência), em mais de três dezenas de anos, aos jovens teólogos costumou dar este recado: *a todos os concílios da Igreja, havemos de lhes consagrar uma imensa veneração. Mas Vaticano II nós o amamos apaixonadamente e de todo coração.* Pois, tive a felicidade de viver dia a dia essa ditosa ascensão conciliar nos anos 64-65, em contato com meus grandes irmãos e mestres, Chenu, Congar, Lebreton e Schillebeeckx. Torcendo como bom brasileiro fora do País, acompanhava no entusiasmo o advento do concílio de João XXIII, de Dom Hélder, dos bispos e teólogos renovadores. Mais ainda, esse concílio vinha enfim cumular os sonhos das comunidades e dos movimentos de leigos e leigas em todas as partes da Igreja de Cristo, especialmente de nosso Brasil, que já tinha seus trinta anos de Ação Católica e uns vinte de experiência (por vezes profética) da CNBB.

### **Documentos e posições que apontam novos caminhos**

Em 1964, graças à convergência lúcida e corajosa dos episcopados de todos os continentes, o episcopado brasileiro aí resplandecendo por uma contribuição discreta mas muitíssimo valiosa, Vaticano II encontra sua plena autonomia, em perfeita harmonia com o Papa Paulo VI e na opção clara e

firme de concretizar o sonho profético de João XXIII. Vai empenhar-se em elaborar o novo paradigma, a compreensão evangélica da Igreja e traçar novos modelos de seu comportamento na fidelidade ecumênica ao Espírito renovador diante das outras comunidades cristãs. Tal é o conteúdo essencial, deveras promissor, dos três documentos promulgados na sessão conciliar de 1964. O documento central é sem dúvida a Constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen gentium*, acompanhada do Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*. Nestes dois textos – superando toda espécie de obstáculos e obstruções – graças à liderança de grandes Pastores vindos de todas as partes do mundo, ajudados por eminentes teólogos que tinham sabido estudar e pensar para que a Igreja avance, o conjunto do episcopado chega ao consenso para definir com clareza as grandes linhas doutrinárias e apontar com firmeza os caminhos a seguir para a renovação da Igreja. Ela começa a se reformar e tem consciência que há de estar sempre se reformando.

Em 1965, – estamos comemorando o quadragésimo aniversário desse extraordinário ano de graça-, essa maravilhosa compreensão da Igreja em si mesma, como “sacramento da reconciliação universal” e em sua fraternidade ecumênica com as comunidades cristãs, vai desdobrar e elucidar os modelos operacionais de suas posições renovadas e renovadoras diante das religiões, da cultura, da sociedade e dos grandes problemas da humanidade. Volta-se muito especialmente à promoção da justiça, da solidariedade e da paz em um mundo então dividido em dois blocos antagônicos, mas marchando em ritmo acelerado para

uma globalização da desigualdade, do imperialismo e da exclusão.

A sessão conciliar de 1965 mostra toda a fecundidade criativa da Igreja, quando liberta das peias da burocracia autoritária e medrosa. Onze documentos são elaborados e promulgados, sem dúvida de valor desigual mas formando um conjunto harmonioso e estimulante para a marcha dos fiéis e das comunidades. Alguns dos temas abordados dão uma tonalidade nova e arejada a questões comuns e constantes na vida interna da Igreja: o ministério, a formação dos sacerdotes, a educação cristã. Não encerram grande originalidade e merecem ser prolongados à luz das opções mais inovadoras.

Destacamos o que emerge como mais importante e mesmo como essencial, o que dá a Vaticano II a sua verdadeira característica do grande concílio voltado corajosa e lucidamente para o essencial. Distinguímos uma série dessas questões de base a que respondem os últimos documentos conciliares, embora eles constituam na verdade um feixe de desafios intimamente conexos e indissociáveis na sua abordagem teórica e prática. Aqueles que os rejeitam ou desconhecem não chegam ao verdadeiro sentido da mensagem conciliar, embora guardem alguns dados um tanto formais das mudanças trazidas pelo Concílio

## **A Igreja, o poder, a participação e a colegialidade**

Desde a Constituição *Lumen gentium* (de 21 de novembro de 1964), o Concílio faz opções radicais definindo a consciência que a Igreja tem de si mesma, quando “se olha no espelho do Evangelho”, e determina as grandes atitudes que ela deve assumir na sua orientação interna e em

relação a outras entidades religiosas ou ao mundo em geral. Partir da referência ao poder, definir-se primordialmente como fundada no poder sagrado, na hierarquia, tal vinha sendo a posição, polêmica senão crispada, adotada desde os Concílios de Latrão na Idade Média, de Trento no século XVI e de Vaticano I no século XIX. A Constituição de Vaticano II sobre a Igreja consta de oito capítulos, dos quais um só (o capítulo 3º.) é consagrado à "Constituição hierárquica", destacando o empenho de tratar "especialmente do episcopado". A originalidade da Constituição, manifestada nos outros sete capítulos, está em realçar a Igreja como povo de Deus, tema estudado no capítulo 2º, como comunidade dos leigos, cujas qualidades e funções são elucidadas amplamente no capítulo 4º, culminando no capítulo 5º com a cuidadosa, diríamos carinhosa insistência sobre a vocação de todos os fiéis à santidade.

Esse avanço substancial na compreensão da Igreja integra o apelo à colegialidade, cuja realização eficaz, no entanto, espera ainda por um novo avanço. O texto fala dela como "afeição" ou sentimento de colegialidade ou faz depender seu exercício efetivo da iniciativa do Papa, o que na fase pós-conciliar se vem traduzindo em domínio da Cúria Romana sobre o episcopado, eclipsando grandemente o papel das Conferências Episcopais.

## **A Igreja, vocação universal à santidade e vida consagrada**

Definir a Igreja e manifestá-la qual comunhão e escola de santidade e não apenas como sociedade religiosa dotada do poder de ministrar sacramentos, de jurisdição e de magistério, proclamar a igual-

dade de todos em relação à vocação universal à santidade era mesmo para o Concílio inaugurar um novo Pentecostes. Pela primeira vez, a Igreja assim rejuvenescida integrava a vida religiosa como seu elemento constitutivo primordial, que resplandecia aos seus olhos como ligado ao objetivo essencial da comunidade da salvação e da reconciliação do mundo.

## **A Igreja, a liberdade e a plena aceitação do outro**

Outro dado conexo com essa visão da Igreja, que se desprende do primado do poder, da preponderância das velhas estruturas "hierárquicas", era redescobrir o valor primordial da liberdade, da liberdade prerrogativa humana e dom evangélico. A pregação da Palavra e a aceitação da fé exigem a conjunção absolutamente indissociável da graça, da inteligência e da liberdade. O malfadado conflito da Igreja e das liberdades modernas, exacerbado sob o pontificado de Pio IX, se desfazia não sem imensas dificuldades. A Declaração sobre a liberdade religiosa, *Dignitatis humanae*, só pôde ser promulgada, juntamente com a Constituição *Gaudium et spes* no apagar das luzes da assembléia conciliar, no dia 7 de dezembro de 1965. Era possível então uma nova atitude missionária da Igreja em harmonia com a nova visão do valor positivo e do sentido providencial das religiões, o que se exprimia na Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs e no Decreto *Ad gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. Toda essa renovação e mesmo essa revolução nos paradigmas de pensar foi uma árdua conquista do diálogo e mais ainda uma maravilhosa graça comunitária no interior desse

carisma colegial que era o Concílio Vaticano II. Mas, para alguns entre os membros influentes da assembléia, para o núcleo norteado pelo Santo Ofício, essa mudança era uma concessão pragmática que não lhes alterava os velhos preconceitos. Após o Concílio, continuarão a ocupar seus postos de comando e tudo farão para que os novos paradigmas homologados pelo Concílio não se transformem em modelos operacionais de renovação da Igreja de Cristo.

## A Igreja, o social, a guerra e paz, a nova ordem mundial

Mas a oposição cerrada e por vezes insidiosa se concentrou no empenho de obstruir a elaboração da Constituição *Gaudium et spes* durante todo o Concílio e na tentativa de barrar a sua promulgação que foi deveras o último ato da última sessão conciliar (7 de dezembro de 1965). Relegando finalmente a estreiteza do projeto pré-conciliar de uma "Constituição dogmática (!) sobre uma ordem moral cristã objetiva", *Gaudium et spes* nos oferece a inspiração

e os quadros de uma ética da responsabilidade e solidariedade universais, fundando-a em uma antropologia teológica e cultural que integra a criação e a salvação, a dimensão pessoal, social e histórica da existência e do agir humanos.

Realizando plenamente sua inspiração evangélica, Vaticano II liberta as consciências da velha e calamitosa moral legalista, apontando-lhes as veredas da autonomia e da promoção dos valores e direitos humanos. Instaura uma análise crítica dos sistemas parciais da economia, da política, da cultura que formam o sistema global da sociedade contemporânea. Essa abertura lúcida e corajosa ao social era a indicação dos caminhos da esperança para a Igreja e para o mundo. E era também o que mais indispunha os adversários do *aggiornamento* sonhado e inaugurado pelo bem-aventurado e bem-amado João XXIII.

---

Endereço do autor:  
CONVENTO SAGRADA FAMÍLIA  
Rua João de Santa Maria, 142  
Jd. da Saúde - Cep 04158-070 - São Paulo - SP

### QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1- Na sua percepção, que documentos e posições do Concílio ajudaram mais a abrir novos caminhos e foram mais decisivos na renovação pós-conciliar?
- 2- Quais documentos conciliares são menos conhecidos por você e na sua comunidade? Por que?
- 3- Que situações históricas dificultaram mais a acolhida dos textos e do espírito conciliar nas Igrejas particulares? Quais foram as mais propícias à sua dinamização?

# Diante do pão partido, os olhos se abrem!

PE. DANILO CÉSAR SANTOS LIMA

## Jesus ressuscitado, companheiro do caminho

Todo mundo conhece a história dos dois discípulos que caminham com Jesus sem reconhecê-lo (Lc 24,13-35). Dois discípulos a caminho de casa... Tristeza no peito e incompreensão na mente. Nada parecia fazer sentido. Estava tudo tão bom, mas de repente as coisas tomaram um rumo...! Alguém se põe entre eles, conversa e caminha junto, faz companhia. Escuta e pergunta. Esclarece, tira dúvidas. Depois de conversarem muito, faz que vai adiante e é convidado para entrar. O forasteiro se põe à mesa e faz tudo o que o Mestre havia feito na ceia. Mas quando ele parte o pão, os discípulos reconhecem o peregrino que andava com eles: era Jesus o tempo todo! O mesmo que tinha sido torturado e morto na cruz, agora está vivo! A história não havia acabado. A morte dele tem um sentido. O sentido da entrega, da doação de si mesmo pela causa do Reino. O partir do pão os faz lembrar disso: partilhar a vida não é o fim, mas o começo de tudo! Por isso eles voltam para a comunidade e anunciam que Jesus está vivo.

## Companhia: pão partilhado

O companheiro do caminho havia feito os discípulos (de ontem e de hoje) ver muita coisa. E quando falamos em companheiro, logo pensamos em alguém que está junto. E está certo: Jesus é o companheiro do nosso caminho, da nossa vida. A palavra, porém,

nos revela um sentido muito bonito que podemos relacionar com a nossa reflexão. Companheiro tem a ver com pão, comer juntos o pão. Companheiro é aquele que come do nosso pão, ou seja, vive a mesma vida. Companheiro é quem participa do dia-a-dia, quem toma parte da existência do outro, quem compartilha dos mesmos fatos e acontecimentos. O companheiro dá de sua presença e também recebe da presença do outro. O pão é o "miolo" da palavra companheiro (*panis*). É símbolo da vida compartilhada. Sinal de uma relação de doação, presença e partilha mútuas. O pão é também o miolo das relações humanas, das relações da existência, sem o qual a vida se esgota (pão, comida, subsistência, etc). A presença do outro na nossa vida também é pão, sustento, saciedade.

## A companhia e o pão

Certa vez, os discípulos pediram a Jesus: "Senhor, mostra-nos o Pai e isso nos basta!". Jesus logo responde: "Estou com vocês há tanto tempo..." (Jo 14,8-9). Os discípulos, em sua sede de Deus, não viram que o poço estava perto. Poderíamos dizer que na sua "fome de Deus", não percebiam que o pão estava diante deles. É muito difícil para nós, por exemplo, parar para perceber o ar que respiramos. Nos damos conta disso quando nos afastamos da cidade e vamos para a roça. Lá respiramos fundo o ar puro e aprendemos a valorizá-lo. O pão quentinho do nosso café da ma-

nhã também é assim: nos alimenta diariamente sem que o percebamos e o valorizemos. Fazemos o mesmo com as pessoas, sobretudo com os mais próximos. Nos damos conta do seu valor quando viajam, se afastam e o que é bem pior, quando morrem. A companhia dos mais próximos e o pão sofrem do descaso, da desvalorização. Mas estão sempre presentes, silenciosos, sustentando o nosso dia-a-dia. A companhia e o pão custam a ser notados, percebidos.

### **Onde se escondem e se encontram**

No pão se esconde a companhia, a presença, a bênção, o encontro. Na hora da companhia, da presença, da bênção, do encontro o pão se acha. O pão pede bênção, palavra, partilha, provoca encontro. A partilha, o encontro, a bênção e a companhia pedem pra repousar no pão. O pão "materializa" a companhia. A companhia enche o pão de sabor. Faz seu gosto sobressair à matéria, atinge o coração, recupera as palavras, "mastiga" seu significado. O pão traz ao corpo o espírito da companhia, o sentido e o sentimento, acelera o pulso, aquece o peito. Comer juntos o mesmo pão dá alegria, fortalece a companhia, faz crer, anima. O pão é o lugar onde se esconde e onde se revela a companhia. A companhia se faz comendo o pão. Na mesa dos companheiros, haverá sempre o silencioso pão para comer. Na silenciosa companhia haverá sempre o sustento que o pão nos oferece. A eucaristia é pão e companhia. É companheirismo do caminho, das horas tristes e sem sentido, da alegria e da partilha, da vontade e da saciedade. Pela eucaristia, o Ressuscitado se coloca em definitivo como aquele que come do mesmo pão. Sua presença, sorradeira e constante, nos sustenta e

aquece o nosso coração. No seu pão se esconde o companheirismo do nosso Deus, a parceria por ele jamais esquecida.

### **O pão nosso de cada dia**

Quando Jesus se juntou com os seus discípulos para cear, ele tomou o pão em suas mãos, deu graças e o partiu. Jesus assume um símbolo importante da vida humana, comum a todos os povos, do cotidiano de cada pessoa. Quem se nega a partilhar um pão? Quem se nega a receber um pedaço de pão? Seria um pão partilhado uma atitude espiritual? Seria espiritual o pão quentinho preparado pelas nossas mães para o café da manhã? É espiritual o pão que a gente joga fora e o pedaço de pão que o mendigo encontra na sacola de lixo? O pão é um símbolo forte. Fala ao nosso ser. Nutre o nosso corpo, nosso coração, nosso espírito. O pão é, por si só, um sinal muito forte. A primeira reação de uma pessoa diante de um pão é parti-lo. Parece até que ele nos pede: "me parta!". Se houver alguém por perto, o gesto de partir se associa logo ao de dar ao outro um pedaço. Aí vira partilha, por que duas ou mais pessoas comem do mesmo pão. Comer do mesmo pão, tomar juntos o alimento é outro sinal importante. Nas nossas casas, quando chega alguém na hora das refeições sem avisar, sempre tem comida. "Põe água no feijão", as pessoas brincam acolhendo quem chega num clima bastante descontraído e fraterno. Partir o pão, partilhar o alimento é coisa do dia-a-dia da nossa vida. Gesto humano e bonito que de tão simples e significativo, foi assumido por Jesus como sinal da partilha da sua própria vida.

## **Jesus assume e diviniza o que é humano**

São diversas as ocasiões em que Jesus se põe à mesa para comer com as pessoas, sobretudo as mais pobres, sofredoras, excluídas e mal-faladas. Comer junto no tempo de Jesus era um sinal muito importante. Coisa de intimidade familiar! E ele insistia em fazer isso com os excluídos (Mc 2,15-17; Lc 7,36ss; 14,1-24; 15,1-2)! Outro sinal bonito que Jesus valorizava muito era o sinal da partilha do pão (Mt 15,36; Jo 21,13; Lc 22,19). O gesto de partir o pão na ceia, sinal do seu corpo (isto é, da sua vida), tem um significado bonito e comprometedor. Quando Jesus faz isso, ele assume também o gesto humano e cotidiano de partilhar o pão, dando a ele um sentido a mais: o sentido da sua vida rasgada, partida, compartilhada, entregue entre os irmãos.

## **O pão nosso dos ritos**

Na apresentação das oferendas, quem preside a celebração eleva o pão, a voz e o olhar ao céu, dizendo: "Bendito sejas, Senhor, Deus do universo, pelo pão que recebemos de vossa bondade, fruto da terra e do trabalho humano, que agora vos apresentamos, e para nós se vai tornar pão da vida". O pão é apresentado a Deus em sua ligação com a natureza (fruto da terra), em sua ligação ao ser humano (trabalho humano). O pão é expressão da vida humana, da vida de toda a natureza. Tem uma ligação com a terra, com as chuvas, com o ar. A semente sepultada foi capaz de gerar vida nova, o trigo decepado, triturado, amassado e fermentado transformou-se pão e vida para os que dele comem. É esse o sinal assumido por Jesus. Um sinal que tem uma abertura para o infinito e uma abertura para nós, para a natureza...

## **O pão durante a oração eucarística**

Sobre o pão e o vinho, a comunidade faz o que Jesus fez: dá graças ao Pai. Confessa a Ele a sua fidelidade manifestada em Jesus nosso irmão. Por causa de Jesus e do que ele pediu pra fazer, o ministro ordenado para isso, em nome da comunidade, invoca o Espírito Santo sobre o pão e relembra ao Pai o que Jesus nos pediu pra fazer. A Narrativa da Instituição é memorial ao Pai que referenda nossa súplica pela santificação dos dons. O pão que já é sinal de vida é assumido pela vida divina. Nele se encontram o divino e o humano que se encontraram em Jesus. Depois disso, o ofertório: "...nós queremos a vós oferecer este Pão que alimenta e que dá vida..." É o pão que veio da natureza, o pão que o homem amassou, o pão que Jesus tomou em sua mão dizendo: "Isto é meu corpo" e partindo disse: "entregue por vós". Na oferenda da vida de Jesus a vida do homem, a vida da criação inteira. São Paulo nos dirá que a nossa vida está escondida em Cristo (Cl 3,3). O pão elevado com o vinho, em clima de ação de graças: a vida de Cristo resgatadora da vida de toda a humanidade, de toda a criação: "Por Cristo, com Cristo, em Cristo".

## **O sinal do pão e o gesto de partir**

Um dos sinais mais bonitos da Eucaristia é o gesto da partilha do pão. Por que assim se revela o sentido mais profundo da ceia de Jesus: dar a vida como atitude possível de gerar vida nova. Dar a vida como ação de graças ao Pai, como louvor da existência, culto verdadeiro que Deus pede de nós. Partir o pão por adoração ao Pai e por carinho com os irmãos! É mesmo coisa de Jesus, sempre com os olhos voltados para

Deus e para os irmãos e irmãs, fazendo o que o Criador quer e o que necessitam os seres humanos. Precisamos abrir os olhos para o partir do pão. Não para ficarmos adorando-o, pois um pão depois de partido deve ser comido. Mas é preciso deixar que esse gesto nos fale de Jesus, nos fale de Deus. É preciso abrir os olhos para o partir do pão como gesto de entrega pelos outros. Deixar que o gesto nos fale dos irmãos e irmãs que pedem um pedaço de pão, um pouco de vida...

## **Partir o pão**

Aprofundando mais, partir o pão é mesmo um gesto muito importante. Lembra um frasco de perfume que se quebra fazendo exalar todo o aroma e perfumando o ambiente... Lembra o romper da semente para que o broto saia e produza frutos. Lembra-nos o grão moído para fazer a farinha, para fazer o pão, para alimentar multidões... Partir o pão faz lembrar a vida que se dá, que não se retém, que se derrama e se entrega pelos outros. Partir o pão chama a nossa atenção. É um gesto forte e simples ao mesmo tempo. Fala por si. Num mundo onde as pessoas não partilham mais, até incomoda! Torna-se assim um gesto profético: denuncia a ganância que acumula, que retém, que exclui e que por isso mata, e ainda faz definhando a vida de quem só fica ajuntando. Mas também anuncia que a partilha gera vida, fraternidade, e faz vicejar, florescer a vida de quem se doa. Partir o pão encurta distâncias, rompe barreiras, supera abismos...

## **A fração do pão**

O gesto da fração do pão, desde muito cedo, marca a celebração da eucaristia como sinal da entrega amorosa de Jesus, sua autoadoação pela causa do Reino, pela vida

plena dos homens e mulheres de todos os tempos. E não foi assim a vida toda de Jesus? Sempre se entregando, se doando, partilhando toda a sua vida pelos outros. Jesus não temia se entregar, se doar em favor da vida dos outros. Na cura do leproso (Mt 8,1-3), Jesus, ao tocá-lo restitui-lhe a vida plena e o arranca da marginalização. Mas segundo as leis judaicas, ele se torna impuro por ter tocado aquele homem considerado impuro. Tais pessoas eram banidas do convívio social. Jesus se coloca com os últimos, os afastados, os excluídos para lhes restituir a vida, mesmo que isso lhe custasse ser considerado igual a eles. Veja que no relato de Marcos para o mesmo episódio, Jesus vai para o deserto, o lugar para onde os leprosos eram banidos (Mc 1,45). Na cruz, sinal da sua entrega maior, Jesus definitivamente assume o último lugar. É a entrega total! Não é à toa que ele se identifica com o pão que dá vida ao mundo (Jo 6,51). A vida inteira de Jesus é pão partido.

## **Gesto da coragem**

Mas falta-nos coragem de deixar o gesto falar. Como fazer para que esse gesto nos comunique por si próprio. Nossas liturgias ainda estão por demais presas aos escrúpulos gerados pelo realismo eucarístico do pão intacto no ostensório. As hóstias já vêm prontinhas, limpinhas e individuais. Não há como partir. A hóstia grande do padre não se parece com pão e os pedaços pouco dão para os ministros que servem o altar. As desculpas são muitas: "Usar pão dá muito trabalho, as hóstias são mais práticas!", "O pão esfarela muito!". Nós complicamos demais... Falta-nos abrir os olhos para ver que é possível deixar o símbolo falar sem perder o respeito devido aos dons santificados. Falta-nos abrir os olhos para a entrega de Jesus, sua ousadia de doar a

vida e expressar isso num gesto tão cotidiano, simples, do dia-a-dia. Falta-nos perceber que depois da encarnação do Verbo (Jo 1,14), o sagrado, no sentido cristão, não se opõe à simplicidade das coisas da vida humana.

## O rito está obscurecido

É pena que o gesto da partilha do pão esteja tão esquecido e obscuro nas nossas celebrações. Muitos padres, sem saber, partem o pão na hora da Narrativa da instituição (consagração), pois desconhecem a teologia<sup>1</sup> do rito. O pão deve ser partido na hora do Cordeiro de Deus! E até mesmo as nossas hóstias são pouco eloquentes do ponto de vista simbólico... O gesto da fração do pão fica mais escondido ainda!

Na Eucaristia, o pão deve ser partido enquanto se canta a ladainha “Cordeiro de Deus” (nIGMR, 83)<sup>2</sup>. É o gesto da vida partida, doada, entregue. É a vida do Cristo doada para a salvação de todos, entregue em nossas mãos, para que comuniquemos com ele: comunhão de vida com o Pai, com os irmãos, com a natureza. É comunhão com a vida triturada e rasgada dos pobres, da natureza agredida, do Cristo torturado e glorificado que nos assume em tudo e nos inclui em sua oferenda de louvor... Louvor da vida que o pão expressa e realiza.

## Sacramento do Ressuscitado

Depois da fração do pão, o presidente mistura um pedaço de pão no cálice com vinho. Para tal gesto, a nIGMR, 83 explica:

“O sacerdote faz a fração do pão e coloca uma parte da hóstia no cálice, para significar a unidade do Corpo e Sangue do Senhor na obra da salvação, ou seja, do Corpo vivente e glorioso de Cristo Jesus”. O sentido dessa ação simbólica aponta para isso: a Eucaristia é sacramento do Ressuscitado. Poder-se-ia pensar que a consagração dos dons, em separado reforçasse demais o aspecto sacrificial, no sentido herdado do Antigo Testamento em que o sangue das vítimas era separado da carne. O singelo gesto da mistura do pão no cálice com vinho afasta este tipo de interpretação da Eucaristia, ou seja, entramos em comunhão com a vida gloriosa do Ressuscitado.

## Sacramento da unidade

Existe também outra explicação para esse costume, que de forma alguma contradiz o que dissemos acima, mas reforça o sentido da comunhão. Em Roma, especialmente na festa da páscoa, um pedaço do pão consagrado era enviado às outras comunidades para que fosse misturado no vinho após a oração do Pai-nosso, em sinal de comunhão de toda a Igreja. Esse gesto conhecido como *fermentum*, tem origem atribuída ao Papa Melquíades (séc. IV). Podemos dizer que a Eucaristia é sacramento da unidade. É ela que promove a comunhão de toda a Igreja com o Senhor da vida, Jesus Cristo. Esse gesto é acompanhado pela oração silenciosa do presidente: “Esta união do Corpo e do

<sup>1</sup> Todo rito tem um sentido teológico, uma forma “de funcionar”. Não é apenas um amontoado de gestos e palavras repetitivas e vazias como pensam alguns. A Narrativa da Instituição, mais conhecida pelo antigo nome de “consagração”, não pede que o padre teatralize as ações de Jesus na última ceia, mas apenas que tome nas mãos as espécies e diga as palavras do memorial (ao Pai!).

<sup>2</sup> Abreviamos a nova versão da Instrução Geral do Missal Romano alterada por João Paulo II, como nIGMR, para diferenciar da Instrução original de Paulo VI (1969).

Sangue de Jesus, o Cristo e Senhor nosso, que vamos receber, nos sirva para a vida eterna". Por causa da disposição do texto, pode ficar a impressão de que esta oração com o gesto da mistura são feitos antes da Fração do pão e do canto do Cordeiro. Uma leitura mais atenta das rubricas do missal pode esclarecer o equívoco. Esse gesto da mistura e a oração vêm em seqüência ao gesto da Fração e do Cordeiro. Diga-se de passagem, que seu valor é relativo ao rito da comunhão, não substituindo o valor da Fração e do Cordeiro de Deus.

### Orações secretas

O presidente, em seguida, reza em silêncio uma das duas "orações secretas", assim chamadas porque feitas em silêncio e não por serem um segredo dos padres. Ambas são de cunho individual e tem origem medieval. Essas apologias eram bastante comuns nos rituais anteriores ao Concílio. Embora sua importância e sentido sejam bastante questionados, a primeira opção (a maior) é razoavelmente melhor que a segunda. Com um pouco de liberdade por parte de quem preside, a mudança do pronome pessoal para a segunda pessoa do plural, pode dar uma aparência melhor a estas orações. Fica ainda a pergunta: por que essa insistente marca

penitencial na celebração da Eucaristia? A Idade Média responde...

### Pensando o alcance dos nossos ritos

Existem ritos e símbolos essenciais à nossa fé. Temos que zelar por eles, aprender a desentranhar o seu sentido para os fiéis de hoje e fazer através deles a epifania (manifestação) do mistério que celebramos. São para nós fonte e sustento de espiritualidade e de vida comunitária. Outros ritos, no entanto, dizem pouco, ou quase nada ao nosso povo. São ritos acessórios que com o tempo foram se sobrepondo aos ritos essenciais, muitas vezes ocultando-lhes o sentido. Por exemplo: hoje é bastante comum se dar mais importância ao rito da mistura do pedaço de pão no vinho do que à Fração do Pão. O que pensar então dessas orações secretas? Daí seguem as explicações durante as celebrações, que além de serem freqüentemente equivocadas, pouco respeitam a linguagem própria dos ritos e símbolos que deviam falar por si. Deixemos que eles falem!

Padre diocesano. Pertence ao presbitério da Arquidiocese de Belo Horizonte. É membro da Comissão Arquidiocesana de Liturgia e Vida. Participa da Rede de animação litúrgica.

Endereço:

Rua Inhaí, 76 – Bairro Santa Cruz – Cep: 31150-250  
Belo Horizonte – MG

### QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA

INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1- Qual o sentido teológico e espiritual do rito da fração do pão durante a missa?
- 2- Esse rito tem algo a dizer aos cristãos e cristãs de hoje, às comunidades cristãs, às igrejas que celebram a Eucaristia?
- 3- O que pode ser feito para que o rito seja evidenciado nas nossas celebrações e seu sentido vivenciado por quem dele toma parte?

# O planejamento pastoral paroquial: um desafio para a evangelização hoje

PE. MARIO DWULATKA

## Introdução

A Pastoral Orgânica (PO), é fruto da rica experiência de comunhão e co-responsabilidade do Povo de Deus. Tal atitude foi gradualmente assumida pelo magistério da Igreja. Grande impulso neste sentido exerceu o Concílio Vaticano II. Mesmo se o termo co-responsabilidade não apareça no Concílio, a comunhão no agir, termo de extrema importância, seu significado, como *"idéia-mestra"*, está muito presente. A quarenta anos do término do evento conciliar, essa intuição continua a ser fecunda na Igreja.

O planejamento foi um instrumento privilegiado de renovação pastoral da Igreja no Brasil. Contribuiu sobremaneira para que a PO pudesse se desenvolver. Os resultados desta tomada de posição da Igreja em relação à sua organização estrutural foram sentidos em todos os seus níveis.

Este artigo tem o objetivo de apresentar o tema do planejamento pastoral na perspectiva da PO, a partir do contexto da paróquia.

## I- Esclarecendo conceitos

### *Pastoral e Pastoral Orgânica*

Clodovis Boff define pastoral como *"a animação de toda a vida cristã a partir da*

*fé"*. Esta definição contém três partes: *"animação"*, *"toda a vida cristã"* e *"a partir da fé"*. *"Animação"*. Diz respeito à tarefa de pastorear, isto é, edificar a comunidade eclesial. A ação pastoral visa inspirar a fé concreta dos fiéis no dia-a-dia. *"Toda a vida a cristã"*. A vida cristã não é um "lugar" separado do mundo. O mundo possui o "caráter teológico" como lugar onde Deus se comunica com o homem. A Igreja não pode compreender sua realização sem o mundo no qual ela deve ser sinal e instrumento de salvação. *"A partir da fé"*. Esta é a chave de compreensão de toda ação pastoral. Ela só tem sentido quando parte da fé e a expressa.

Libânio define pastoral como o *"agir da Igreja no mundo"*<sup>2</sup>. Partindo desta definição ele se pergunta: Que Igreja? Que tipo de agir? Que mundo?

Percebemos a partir destas definições que não podemos entender a pastoral a não ser a partir da presença e atuação da Igreja no mundo, inserida nele como *"lugar teológico"*.

E a *Pastoral Orgânica*? É toda a articulação da Igreja, fruto de uma rica experiência de comunhão e co-responsabilidade do povo de Deus com seus pastores, expressão de uma atitude que a CNBB empre-

<sup>1</sup> Essa definição é tomada de um texto de estudo que Clodovis Boff produziu para o Instituto Nacional de Pastoral (INP) nos inícios da década de 80. C. BOFF, *O específico da pastoral*. (Mímeo). p. 2.

<sup>2</sup> LIBÂNIO, J.B., *O que é a Pastoral?* São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11.

<sup>3</sup> Cf. QUEIROGA, G. F., *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: comunhão e co-responsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 412.

endeu no decorrer de sua existência<sup>3</sup>. Queiroga, afirma que “um dos traços marcantes da Igreja no Brasil à luz do Vaticano II, a técnica do planejamento, ao lado de uma consciência eclesial mais apurada é fator de união e de entrosamento dos membros da Igreja, nas fases de decisão, realização e avaliação da pastoral, é fator de realismo e equilíbrio das opções, da adaptabilidade e provisoriamente de métodos, é fator de finalização de toda a pastoral nos grandes objetivos da própria Igreja”<sup>4</sup>.

A PO da Igreja no Brasil floresceu quando bispos, padres, religiosos e leigos em comunhão e no respeito da diversidade dos ministérios, sobretudo na obediência ao Espírito, de quem ninguém tem o monopólio, confrontaram luzes e experiências, chegaram a decisões tantas vezes sofridas, somando forças para a edificação do Reino de Deus.

### ***Planejamento, Plano de Pastoral e Cronograma***

Muita gente simples que participa do processo de planejamento em nossas comunidades confunde estes três conceitos. Por isso é bom esclarecê-los.

**Planejamento:** é o processo de tomar decisões sobre o trabalho a ser feito. Ele começa bem antes de se registrar algo por escrito e não termina depois que elaboramos um plano de ação. Esse processo acompanha todo o trabalho e vai indicando caminhos o tempo todo. **Plano de Pastoral:** é o registro por escrito das motivações e decisões tomadas para dar andamento ao trabalho. Ele pode ser modificado se, no decorrer

do processo de planejamento, percebe-se a necessidade de correção das decisões anteriormente tomadas. Pode até haver planejamento sem plano, mas o registro por escrito ajuda a organizar o pensamento, a não esquecer dados e a confrontar resultados no decorrer do processo. **Cronograma:** é a lista de ações a serem realizadas, com seus prazos, agentes e destinatários.

Um planejamento que se torne um plano de pastoral e se concretize em um cronograma bem definido é um processo necessário na perspectiva da PO. Poderíamos afirmar que este processo permite uma melhor utilização de todos os recursos disponíveis; mantém o foco firme no objetivo, evitando a dispersão de energias; evita a duplicação e contradição entre as diversas tarefas do trabalho; identifica as necessidades e providencia os modos de satisfazê-las; fornece elementos para avaliar o progresso e detectar falhas; envolve as pessoas nas decisões referentes a sua atividade, reforçando as motivações e as responsabilidades, resgatando a cidadania, e por fim, é uma verdadeira escola, na qual as pessoas aprendem fazendo.

### ***Paróquia ontem e hoje***

Outro conceito que precisa de uma melhor clareza é a *paróquia*. Segundo Floristân “as paróquias são divisões administrativas, jurídicas e pastorais de cada Igreja particular”<sup>5</sup>. Comblin define a paróquia de modo mais sintético ainda: “é um território com os seus habitantes, um templo e um pároco”<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> *Ibidem* p. 413.

<sup>5</sup> FLORISTÂN, C. & TAMAYO (Org.) Dicionário abreviado de teologia pastoral. Estella, 1988, p. 335.

<sup>6</sup> COMBLIN, J. A *Comunidade. Curso popular de história da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 24.

Na Igreja primitiva é sempre o bispo, rodeado de seu presbitério ou equipe sacerdotal que tem a responsabilidade total sobre a paróquia. A partir de Constantino, no século IV, a pertença à Igreja não é mais questão de decisão pessoal e livre, fruto da atividade missionária e de um cuidadoso catecumenato, mas consequência do nascimento natural. Nasce-se em uma Igreja, como se nasce em uma família, ou em um país<sup>7</sup>. Com esta nova idéia de circunscrição eclesiástica e civil entra em jogo o conceito de "territorialidade". Com a reforma Carolíngia o sistema paroquial se transforma em grandes domínios feudais. Os senhores feudais, reis e imperadores se reservam o direito de erigir paróquias. Nesse sistema se estabelece obrigações e direitos paroquiais. Trento sanciona o estatuto jurídico das paróquias, reforçando a autoridade do pároco. Mas continua ausente a idéia fundamental de comunidade e a intervenção ativa dos fiéis. A definição de paróquia no Código de Direito Canônico, de 1917, se baseou em uma consciência canônica da pastoral, sem dinamismo missionário, onde prevalecem as associações piedosas mais que a assembleia cristã.

As modernas intenções de renovação paroquial, a partir de 1925, procederam de diferentes campos pastorais: "o litúrgico" ao descobrir o mistério sacramental, onde a paróquia passa a ser definida como assembleia litúrgica; "o missionário" ao tomar consciência do dever de evangelizar, como comunidade missionária; "o catecumenato" ao aparecer de novo o batismo de adultos;

"o eclesial" ao acentuar o dinamismo da Igreja em um lugar, tentativa de cristalização da pastoral de conjunto (orgânica); e "o cultural" ao desenvolver instituições educativas, recreativas ou caritativas como obras de suplência, definida como comunidade de substituição. O Concílio Vaticano II tentou fazer da paróquia uma figura da diocese e procurou valorizar o elemento comunitário "para que se refloresça o sentido comunitário paroquial" (SC 42).

A paróquia, porém, não deu lugar nos anos imediatamente pós-conciliares a demasiadas reflexões. Alguns ainda a consideram "instituição caduca", outros, a defendem. Hoje temos a afirmação de paróquia desde como "comunidade impossível" até "comunidade de comunidades". Assim, a paróquia volta a ter relativa atualidade, originada pela possibilidade que dentro dela possa haver uma legítima comunidade cristã. Muitas paróquias ainda conservam uma pastoral tradicional chamada "pastoral de manutenção", que tende a reduzi-las a instituições de serviços religiosos e administração de sacramentos, com o que perdem o seu caráter eclesial de comunidades vivas. Isto também é motivado pelo escasso protagonismo dos leigos e pelo clericalismo que ainda subsiste nelas<sup>8</sup>.

## II – Métodos de planejamento pastoral paroquial (ppp)

Segundo Brighenti<sup>9</sup> os diferentes modelos de ação da Igreja se apóiam em metodologias de planejamento diversas, que procuram projetar ações a partir de

<sup>7</sup> FLORISTÀN, C. *Conceptos Fundamentales de Pastoral*. Madrid: 1983. Verbete *Parroquia*. p. 698.

<sup>8</sup> Cf. FLORISTÀN, C. & TAMAYO (Org.) *Dicionário... op. cit.*, p. 336.

<sup>9</sup> BRIGHENTI, A. *Reconstruir a esperança. Como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulus, 2000, p. 49.

certos pressupostos implícitos ou explícitos. Cada modelo pede seu método, capaz de concretizar os próprios pressupostos.

### **Planejamento Pastoral Paroquial centrado na autoridade**

Este tipo de planejamento é chamado também planejamento *normativo*. Geralmente é o instrumental utilizado no planejamento da pastoral voluntarista, com ênfase na vontade da autoridade. Apoiado no modelo de Igreja como “*sociedade perfeita*”, este modo de pensar a ação pastoral e a sua planificação predominou durante séculos na Igreja, sem estar totalmente extinto ainda hoje. Os passos deste método são basicamente quatro:

No *primeiro passo*, a decisão é tomada pela *autoridade*, seja ela o papa, um bispo, um pároco, um coordenador etc. Este toma uma decisão pessoal, colegial ou por consenso com base em consultas. O teor da decisão, geralmente diz respeito à realização de um evento: a aplicação de um documento ou diretriz, uma campanha, uma celebração, etc. No *segundo*, a decisão tomada é regulamentada através de uma *norma*. A vontade da autoridade tem força de lei, apoiada no código de direito canônico ou em princípios da revelação. No *terceiro*, a norma é promulgada em forma de *decreto* para ser cumprida por todos os destinatários; é obrigatória, ainda que não se tenha participado na tomada de decisão. No *quarto*, são definidos os meios que assegurem a aplicação da norma, ou seja, quais serão os mecanismos de *cobrança*.

As quatro palavras básicas deste método são, portanto: *autoridade*, *norma*, *decreto* e *cobrança*. É evidente que um planejamento centrado neste método visa as-

segurar a unidade e a disciplina no ser e no fazer de uma comunidade paroquial em torno da autoridade, padre ou coordenador, que procura respaldar-se em princípios doutrinários. A unidade confunde-se com uniformidade, mais que sintonia em torno de objetivos comuns. Todo dissenso é visto como atentado contra a autoridade e como desobediência. A decisão tomada pela autoridade não admite recepção ou inculturação. A autoridade se apresenta como conhecedora da realidade e dos anseios de todos e de cada um, o que na prática, é impossível. Este método normativo busca uma unidade fundada no ordenamento jurídico: a autoridade decide, e os destinatários executam.

A grande falha deste método para um Plano de Pastoral Paroquial na perspectiva da PO é sua eclesiologia pré-conciliar, uma vez que não promove a participação de todos no processo de tomada de decisões, mas só na execução das propostas tomadas por uma pessoa ou por um pequeno grupo. O Concílio Vaticano II não subestima ou nega a autoridade, apenas a põe em seu devido lugar: ser sinal e instrumento da unidade, através do serviço na mesma fé.

### **Planejamento Pastoral Paroquial centrado na instituição**

Este tipo de planejamento é chamado também de planejamento *estratégico*. Surgiu nos Estados Unidos nos anos 1970, no âmbito da administração de empresas e do mundo militar. A projeção da ação é para curto prazo (um ano ou menos), decorrente da situação de empresas atacadas por concorrentes. Os passos deste método comportam quatro momentos:

Em primeiro lugar, define-se a identi-

dade da instituição com base no que ela é no momento presente e no que aspira ser num futuro próximo. Dá-se ênfase ao aspecto organizativo. Este momento denomina-se *normativo* porque se dá um desenho da instituição. Em seguida, procede-se a uma *análise* da situação interna e externa da instituição. Na situação externa (concorrentes) identificam-se as "ameaças" que a instituição afronta, e as suas oportunidades num futuro próximo. Depois se passa à análise da situação interna, fazendo vir à tona as debilidades e as forças em relação aos desafios a enfrentar. O seguinte momento é *estratégico*, isto é, traçam-se os objetivos da instituição em curto prazo e as formas concretas para alcançá-los. Passa-se ao momento *tático-operacional*. É a vez de pensar na execução dos objetivos e das estratégias definidas anteriormente. Fixam-se as metas e as políticas que serão utilizadas para sua consecução, utilizando os recursos necessários.

É claro que um planejamento através deste método tem sempre como objetivo o êxito da instituição, pois a tem como ponto de partida e de chegada. Ele é útil no sentido empresarial, que precisa disputar mercado para colocar seu produto. A vantagem deste método é que submete a instituição a um permanente estado de avaliação, contribuindo para o exercício de busca de novas soluções e desenvolvimento da criatividade.

Entre os limites deste método para um PPP na nossa perspectiva está sua inadequação a unidades de planejamento que não sejam instituições que funcionem como empresas. Ao pôr em relevo a instituição, dificilmente será um planejamento útil na elaboração de planos globais de níveis eclesiais, como o paroquial, dioce-

sano, regional, etc, pois entram em cena diversas instituições não concorrentes entre si. Ao contrário, no planejamento eclesial, a Igreja deve buscar uma relação de cooperação e de diálogo. Além do mais, este tipo de planejamento pode pôr as pessoas a serviço de objetivos da instituição, que não necessariamente coincidem com os objetivos das pessoas.

### ***Planejamento Pastoral Paroquial centrado na participação***

A origem do planejamento participativo se encontra nas práticas populares, eclesiais, cidadãos dos anos 1970 e na reflexão de intelectuais comprometidos com elas.

A originalidade deste método está em partir da ação para novamente desembocar na ação, privilegiando o processo participativo em relação aos resultados. Brasil e Chile foram os países pioneiros na dinamização desta perspectiva de planejamento pastoral. Pouco a pouco, essas práticas foram sendo sistematizadas por pastoralistas. Este método comporta três momentos, cada um deles com seus passos concretos.

***O primeiro momento é a explicitação do marco referencial***, que se dá através de três passos concretos: o marco da realidade, o marco da doutrina e o diagnóstico pastoral.

***Marco da realidade:*** O ponto de partida neste planejamento consiste no esforço das pessoas envolvidas para explicar, desde as suas práticas, a realidade na qual estão inseridas. Partindo de suas próprias práticas, a apreensão da realidade é feita pelos próprios sujeitos. ***Marco doutrinal:*** Através da mútua confrontação entre revelação e situação projeta-se o futuro desejável a ser perseguido pela ação pastoral em

forma de um referencial teórico ou de uma utopia inspirada no evangelho. *Diagnóstico pastoral*. É resultado do marco da realidade e do marco doutrinal, tendo em vista uma tomada de posição, como cristãos, diante da própria realidade. Trata-se de identificar no contexto em que se vive, as forças de apoio e de resistência da realidade em relação à utopia, as tendências positivas e negativas, os maiores problemas e, entre eles, as maiores urgências pastorais.

**O segundo momento é a elaboração do marco operacional.** Compõe-se de dois passos: prognóstico pastoral e programação pastoral. *No prognóstico pastoral* trata-se de estabelecer o objetivo geral do plano global e os objetivos específicos, desenhando o curso de ação (fluxograma). Esta etapa termina com o inventário de recursos financeiros, humanos, institucionais, etc, disponíveis. *Na programação pastoral* se concretiza o prognóstico pastoral, que se compõe de programas (campos de ação) e projetos (ações ou metas concretas). Conclui-se a programação com a distribuição das atividades no tempo, elaborando o cronograma.

**O terceiro momento é a explicitação do marco organizacional.** Compõe-se de três elementos: organização institucional, acompanhamento e avaliação.

*A organização institucional* trata-se de pensar os mecanismos de coordenação que ajudarão na realização das tarefas programadas. É a hora de distribuir as tarefas, de investir em organismos e pessoas de responsabilidades. *Acompanhamento*. A execução do plano precisa ser acompanhada na preparação e durante a realização das atividades programadas. A função do acompanhamento é zelar para que tudo saia conforme

o programado ou de acordo com os ajustes efetuados durante a execução do plano. *Avaliação*. A avaliação de uma atividade programada é evocada como fator de aprendizagem ou meio de evitar os erros eventualmente cometidos, nas futuras atividades, ou nos planos a serem elaborados.

Na realização do PPP através deste método, se privilegia a lógica do estatuto da ação, que comporta três momentos básicos: a *realidade* ou o contexto em que se está inserido, o *horizonte* para onde se quer caminhar e a *intervenção* na realidade propriamente dita com a finalidade de adequá-la ao ideal proposto.

O PPP seguindo o método participativo buscará plasmar uma metodologia baseada em três momentos: ver analiticamente, julgar teologicamente e agir pastoralmente. Estes três momentos do método constituem um único ato de reflexão, articulado a partir da ação ou das práticas da fé. É um processo de ação-reflexão-ação. O método participativo aplicado ao campo pastoral quer tirar as consequências da eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II. Busca promover uma Igreja "*comunidade de comunidades*", fundada no princípio de subsidiariedade.

O limite mais palpável do método participativo é seu ranço tecnicista. A pedagogia é popular, mas seu método importado das ciências administrativas, ainda não foi totalmente recriado a partir do contexto pastoral. É preciso simplificar o método, sem empobrecê-lo e sem eliminar passos de sua metodologia. O manejo do método participativo está ainda muito restrito aos meios de intelectuais ligados às práticas populares. Outro limite, ligado a seu modo de aplicação, é o uso do método independentemente de sua pedagogia. Aplica-se a

técnica desprovida de seus fundamentos, de sua eclesiologia e mística e dá-se o nome de planejamento participativo.

Poder-se-ia citar ainda como limite o caráter praxista do método, uma vez que tudo está voltado para a ação e para o serviço ao outro. No método participativo a razão prática é quase a única forma de razão possível. Com isso realidades como a contemplação, a festa, a afetividade e a espiritualidade ocupam pouco espaço no processo de planejamento e são, muitas vezes, relegadas à esfera do privado.

Assim, podemos afirmar que os métodos não são técnicas neutras. Estão sempre respaldados por uma metodologia, fruto da opção por certos pressupostos fundamentais. No sentido pastoral, isso significa que são sempre tributários de uma determinada eclesiologia e mística, subjacente. Um PPP precisa pôr à luz do dia as bases sobre as quais se alicerça o seu método, pois inevitavelmente, elas acabam incidindo sobre seu modo de aplicação e sobre os resultados obtidos. Um bom método no PPP é aquele que ajuda a responder aos desafios concretos da realidade de hoje de forma evangélica.

### III- Estruturas de comunhão e participação paroquial

Ao se falar em PPP necessariamente se vai desembocar em estruturas de comunhão e participação, que na situação paroquial se desenharão nas figuras do Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) e do Conselho de Pastoral de Comunidade (CPC), e na sua forma de sistematização que é a Assembléia de Pastoral Paroquial (APP).

Não bastam, porém, estruturas para que haja uma caminhada de comunhão e participação dentro da comunidade paroquial. É necessário que haja, como que um pano de fundo, uma base, uma "idéia-mestra", que é a atitude de co-responsabilidade propiciada e assumida pelos membros da comunidade, especialmente pelos seus agentes pastorais. Com sua "idéia-mestra", Suenens declara que "a redescoberta do povo de Deus como um todo, com a co-responsabilidade daí derivante para cada membro, é o germe vital mais rico de conseqüências pastorais do Concílio"<sup>10</sup>.

No decreto sobre o apostolado dos leigos, o Concílio propõe a criação de Conselhos em todos os níveis: paroquial, interparoquial, diocesano, interdiocesano, nacional e internacional. Estes Conselhos existem para coordenar as atividades e organizações apostólicas dos leigos, mas também para ajudar a ação da Igreja como tal<sup>11</sup>.

O Plano de Emergência, no seu item sobre a renovação institucional, citando a paróquia, fala que há necessidade de planejamento e coordenação, propondo a existência do Conselho Paroquial, que elabore, coordene e execute o plano global; dele participariam os representantes de cada movimento, sob a chefia do pároco. O Plano de Pastoral de Conjunto, afirma que se faz urgente uma descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base, onde os cristãos não sejam pessoas anônimas, mas sintam-se acolhidas e responsáveis, e delas façam parte

<sup>10</sup> QUEIROGA, *op. cit.*, p. 14, ver nota 5, citando a explicação de "idéia-mestra" do cardeal Suenens.

<sup>11</sup> Cf. VATICANO II. *Decreto Apostolicam actuositatem* n. 26.

integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos.

No desenvolvimento deste artigo, nos remeteremos a uma experiência concreta na tentativa de formação do CPP e dos Conselhos de Pastoral de Comunidade (CPCs) na Diocese de Ponta Grossa, PR. Esta Igreja particular, formada por 17 municípios, contando com 40 paróquias e mais de 660 comunidades eclesiais, reassumiu na Assembléia de Pastoral Diocesana de 2000, a necessidade de formação destes conselhos em todas as suas comunidades. Trabalho árduo, que começa a produzir frutos na linha da co-responsabilidade pastoral de todos os membros da Igreja, tão desejada pelo Concílio<sup>12</sup>.

### **Conselho de Pastoral Paroquial (CPP)**

O CPP é a forma da co-responsabilidade pastoral se concretizar na realidade paroquial. É conceituado como o órgão de oração, reflexão e planejamento da caminhada da comunidade paroquial. Sua principal missão é levar a comunidade a assumir a fé de forma concreta, a partir das decisões tomadas na APP. É um grupo de pessoas que assume, junto com o (s) padre (s) a condução pastoral da comunidade. O CPP é o instrumento gerador de comunhão e de vida entre todas as comunidades que existem na paróquia. Através dele, todos partilham dos mesmos objetivos e buscam soluções para os problemas existentes.

Fazem parte da estrutura do CPP: pároco e vigários paroquiais, diáconos permanentes, o coordenador de cada CPC da paróquia,

representante da vida consagrada, coordenador de cada pastoral, movimento eclesial, associação católica e organismo eclesial, com trabalho de expressão paroquial. Cabe aos membros do CPP, determinar quais são as pastorais, movimentos eclesiais, associações católicas, organismos eclesiais e o representante da vida consagrada que fazem trabalho de expressão paroquial.

O coordenador do CPP é o pároco, como o pastor da comunidade paroquial. Ele, porém, pode contar com a assessoria de um Grupo de Apoio. O documento 4 da CNBB, de 1975, já aconselhava a criação de um grupo menor para assessoria do CPP, o qual seria composto de pessoas pertencentes ao próprio Conselho, que acumulariam as funções de assessoria e coordenação. Essa é uma solução viável para grandes paróquias. Essa opção tornaria o CPP mais ágil, ficando, porém, bem claro que as decisões devem ser tomadas sempre pelos membros do CPP e não pelos membros do Grupo de Apoio. Cada CPP deve eleger um secretário dentre os seus membros, cuja função principal será escrever as atas das reuniões. O manual pedagogicamente define uma ata, orienta como redigi-la e a seqüência a seguir, apresentando até um modelo de ata de uma reunião do CPP.

### **Conselho de Pastoral de Comunidade (CPC)**

Não é possível entender uma caminhada de co-responsabilidade paroquial se nela não existirem instâncias menores de organização. É aqui que o CPC encontra o seu espaço fundamental na busca de uma caminhada

<sup>12</sup> DIOCESE DE PONTA GROSSA, *Manual dos Conselhos de Pastoral das Comunidades Paroquiais*. Ponta Grossa, Planeta, 2003<sup>3</sup>. A seguir e para não cansar o leitor, omitiremos as notas de rodapé referentes ao Manual.

eclesial participativa e responsável. O CPC é definido como o órgão de oração, reflexão, planejamento e execução de cada comunidade (inclusive da matriz). É um organismo eclesial mais executivo que o próprio CPP. O CPC é o instrumento de comunhão que organiza a vida de uma comunidade específica e que a mantém unida a toda Paróquia.

Em sintonia com o pároco, vigários paroquiais e com a caminhada da Diocese, fazem parte do CPC: o coordenador, o secretário, o(s) diácono(s) permanente(s) da comunidade, o coordenador de cada pastoral, movimento eclesial, associação católica e organismo eclesial, o coordenador da pastoral econômica, e o representante da vida consagrada. O coordenador e o secretário do CPC serão eleitos pelos próprios membros do conselho ou pela comunidade e aprovados pelo pároco, por um tempo de três anos. Não cabe ao pároco coordenar o CPC, mas, sim, orientar, animar e assessorar, quando necessário. O manual de formação cita ainda alguns critérios para a escolha do coordenador do CPC, tais como, pessoa íntegra e equilibrada, alegre, disponível, entusiasta, dinâmica, integrada e participante ativa da comunidade, com capacidade de liderança.

### **Assembléia de Pastoral Paroquial (APP)**

A estrutura de co-responsabilidade que realiza o PPP articulando o CPP e o CPC é a Assembléia de Pastoral Paroquial, ou seja, a reunião dos representantes de todas as comunidades, pastorais, movimentos eclesiais, associações católicas e organismos eclesiais da paróquia para que, juntos e em harmonia com o pároco e vigários paroquiais, num clima de co-responsabilidade por toda a paróquia, troquem idéias,

reflitam e determinem os melhores meios para seu contínuo crescimento. Todos são co-responsáveis pelo bem do todo.

O manual de formação apresenta três tipos de APP:

**APP de aprovação** do Plano de Pastoral Paroquial. A ser realizada depois da aprovação do Plano de Pastoral Diocesano. Sua finalidade é, à luz das prioridades deste Plano e respeitando a situação pastoral da paróquia, determinar o modo de realizá-las.

**APP de revisão** do Plano de Pastoral Paroquial. A APP revê a execução do Plano de Pastoral Paroquial, valoriza as realizações tomadas, corrige os defeitos, descobrindo novos e melhores meios para a realização das prioridades e atividades permanentes.

**APP Extraordinária.** Será convocada pelo CPP a qualquer tempo quando houver a necessidade inadiável de alterar ou propor mudanças nas decisões tomadas e aprovadas pela Assembléia.

Para que uma comunidade paroquial possa fazer uma boa caminhada pastoral é necessário que a APP seja anual. A realização da APP é uma das tarefas mais importantes do CPP. A comunidade paroquial tem o direito e o dever de analisar, refletir e tomar as decisões para o benefício de toda a paróquia. A APP é um momento precioso que impulsiona toda a vida de uma comunidade paroquial, pois aperfeiçoa o processo de unidade e de participação.

## **IV- Toda a igreja é chamada a participar no Planejamento Pastoral Paroquial**

### **Comunidade Paroquial**

Ao afirmar que toda comunidade paroquial é chamada a participar em um PPP,

queremos falar da co-responsabilidade de todos os batizados, membros do povo de Deus, sujeitos da missão.

A co-responsabilidade dos leigos é fundamentada na eclesiologia do povo de Deus afirmada no Concílio Vaticano II. Aos leigos é dedicado no Concílio não só um capítulo da constituição dogmática *Lumen Gentium*, mas também o decreto *Apostolicam Actuositatem*, além de muitas outras referências em outros documentos<sup>13</sup>. Aos leigos competem todas as funções e responsabilidades decorrentes do Batismo, por pertencerem ao povo de Deus. Podem e devem exercer o *múnus* sacerdotal, profético e régio, colocando a serviço da edificação da Igreja os carismas que o Espírito Santo lhes conferiu para a utilidade comum.

A partir do seu contexto de vida, de sua profissão, de sua vida familiar e social, os leigos podem contribuir imensamente para que a planificação pastoral em sua comunidade paroquial não fique restrita à repetição diminuída da ação privilegiada do clero. A atuação dos leigos se faz insubstituível, uma vez que só através deles certas tarefas salvíficas podem realizar-se, pois supõem presença e tipo de inserção que só os leigos possuem. Sua ação pode ser tanto individual, como organizada, no meio do mundo ou nas comunidades<sup>14</sup>. Esta co-responsabilidade pastoral dos leigos, bem como o seu caráter específico e insubstituível é de direito próprio, e não mera concessão ou derivação da hierarquia; portanto,

irrenunciável. A atuação direta no planejamento pastoral em sua comunidade paroquial encontra aí seu fundamento<sup>15</sup>. O próprio Concílio tirando conseqüências práticas de sua doutrina recomenda a presença ativa dos leigos nas instituições pastorais nos mais diversos níveis: nos conselhos pastorais (vale repetir, paroquial e de comunidade), no conselho pastoral diocesano, como assessores das comissões de liturgia, música e arte sacra, dos meios de comunicação social, etc<sup>16</sup>.

Todo este destaque dado pelo Concílio aos leigos não é a última palavra, mas o seu fundamento doutrinário, sugerindo medidas práticas e acenando normas institucionais. A Igreja, seguindo o sulco traçado pelo Concílio muito terá a progredir no caminho de integração consciente dos leigos na co-responsabilidade pastoral em todos os níveis<sup>17</sup>.

### **Ministros Ordenados**

O Presbítero e o Diácono unidos ao ministério episcopal assumem sua co-responsabilidade dentro da evangelização e organização da Igreja, especialmente no que se refere à comunidade paroquial. Aqui, quando se fala de Diácono, supõe-se um ministério estável na comunidade; portanto não se trata do ministério transitório, mas propriamente do Diaconato Permanente.

O Presbítero de modo particular é participante, como agente especializado, na missão de Cristo e nas relações com a Igreja

<sup>13</sup> Cf. QUEIROGA, *op. cit.*, p. 150-151.

<sup>14</sup> Cf. AA 16-17; 18-21; 11, 13-14 e 10 respectivamente.

<sup>15</sup> Cf. LG 36; AA 7, 11, especialmente toda a GS.

<sup>16</sup> Cf. CD 27; AA 26; SC 44; IM 21.

<sup>17</sup> Cf. QUEIROGA, *op. cit.*, p. 156.

ja. Como Cristo, ele é fundamentalmente um *ser para os outros*; e, enquanto investido de funções compartilhadas por muitos e exercidas em comunhão, vivendo imerso na comunidade, é um *ser com os outros*. Estes dois aspectos (de consagração *para* e de vivência *com*) delineiam a co-responsabilidade presbiteral<sup>18</sup>. Pela ordenação, os presbíteros são ungidos pelo Espírito, como o Cristo para uma missão própria. Configurados pelo caráter sacramental, agem representando Cristo Cabeça e Pastor. São ministros de Cristo em favor de seu povo. No desempenho das funções de seu ministério, os presbíteros geram e formam o povo de Deus<sup>19</sup>. Exercem o seu ministério para os fiéis. Ninguém é presbítero para si mesmo, mas para o povo de Deus, assim como o Cristo que veio para os seus. E essa perspectiva não é limitada e determinada, mas sim aberta para a missão universal de salvação. Assim, mesmo trabalhando em uma comunidade paroquial determinada, o presbítero é chamado a ter o olhar e o coração de *"homem mundo"*.

A consciência de estar inserido na missão de Cristo para os seus, faz com que o presbítero na condução e organização de sua comunidade paroquial, especialmente na hora do PPP, esteja atento às necessidades dos fiéis, mais do que às suas, ou da instituição que representa.

### **Agentes de Pastoral**

Se toda a Igreja é chamada a participar no PPP, sem dúvida aqueles que estão nas coordenações dos conselhos, das pastorais, dos

movimentos, isto é, aqueles que exercem o ministério da coordenação, chamados de agentes de pastoral, estão implicados diretamente no processo de planejamento pastoral na sua comunidade paroquial. Estes agentes de pastorais envolvidos na ação evangelizadora da Igreja como tal estão presentes devido à comunhão, que é o aspecto vivencial básico, e a co-responsabilidade, que é o aspecto dinâmico e prático conseqüente<sup>20</sup>.

Dessa forma, todos os membros da Igreja estão envolvidos na planificação pastoral.

### **V- Pistas de ação do planejamento pastoral paroquial**

O objetivo geral das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) da Igreja no Brasil no período 2003-2006 diz: "evangelizar [...] por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão [...] promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade [...] participando da construção de uma sociedade justa e solidária [...]".

A missão fundamental da Igreja de *"evangelizar"*, recebida de Jesus, ela a realiza de modo organizado e planejado. Vários são os passos e os modos de evangelizar: as diversas formas de serviço ao próximo e à sociedade, o diálogo cultural e religioso, o anúncio explícito do Evangelho, bem como o testemunho de vida cristã e de comunhão fraterna e eclesial. Desde 1994, a Igreja no Brasil planeja a sua missão através destas quatro exigências intrínsecas da evangelização: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão.

<sup>18</sup> Cf. QUEIROGA, *op. cit.*, p. 138.

<sup>19</sup> Cf. LG 10, 28; AG 39; PO 1, 2, 4, 5.

<sup>20</sup> Cf. QUEIROGA, *op. cit.*, p. 160.

Alberto Antoniazzi recorda que sob o ponto de vista teológico, um planejamento comunica explicitamente uma certa visão de Igreja e de sua ação pastoral, através da formulação dos objetivos e das linhas de trabalho<sup>21</sup>. Assim, o PPP proporcionando formas de articulação nos diversos níveis de vivência eclesial, está contribuindo para que a visão de Igreja, povo de Deus, em *"comunhão e participação"*, se afirme. Falando dos diversos modelos de vida cristã que a Igreja teve ao longo de sua história, o modelo "comunitário" na Igreja Antiga, o "monástico" na Igreja Média, e o modelo "sacerdotal" especialmente depois de Trento, o mesmo autor questiona: *"Não se deveria buscar um estilo "laical" ou um modelo de vida cristã onde a referência principal não seria o monge ou o sacerdote, mas o cristão que vive no mundo"?*<sup>22</sup>

Nossa proposta é destacar das DGAE algumas pistas de ação para o PPP, ligadas ao âmbito da pessoa, da comunidade e da sociedade, a partir destas quatro exigências intrínsecas da evangelização, a fim de que as nossas comunidades paroquiais possam planejar sua ação de maneira articulada, organizada e criativa, discernindo respostas pastorais aos desafios de hoje.

### **Pistas de ação no âmbito da pessoa**

Para promover a dignidade absoluta da pessoa, a Igreja propõe como um grande desafio, a construção da identidade pessoal e da liberdade autêntica numa sociedade consumista. O PPP precisa ter presente as grandes mudanças que ocorreram na socie-

dade nos últimos tempos, com seus valores e suas ambigüidades, e ser inspirado por uma visão de pessoa humana *"segundo a imagem e semelhança de Deus"* (Gn 1,26.27), isto é, dotada de liberdade e chamada à criatividade, à responsabilidade e ao amor.

Na exigência do *serviço*, o PPP no âmbito da pessoa, poderia perceber a necessidade de organizar grupos que acolham, escutem e ajudem qualquer pessoa que procura nossas comunidades paroquiais, em busca de encontrar uma solução para seus problemas. A pastoral da acolhida, da escuta, os serviços de terapia ou de aconselhamento, a oferta de cursos de apoio escolar, o mutirão para a superação da miséria e da fome, os serviços especiais em favor dos mais pobres e excluídos, dos idosos, dos migrantes, das crianças e jovens em situação de risco, são alguns exemplos nesta dimensão.

No que se refere ao desafio do *diálogo*, o PPP poderia contribuir para educar as pessoas a um diálogo integral, orientado à compreensão dos valores de cada um e que suscite relacionamentos de amizade e fraternidade, ajudando a perceber que, somente no diálogo a pessoa pode realizar-se.

No *anúncio*, o PPP poderia criar e orientar equipes de evangelização para um anúncio personalizado, isto é, que leve a pessoa a uma fé viva, a uma adesão pessoal a Cristo, superando uma adesão cultural e de massa. As pessoas não buscam em primeiro lugar doutrinas, mas um encontro pessoal, um relacionamento solidário, fraterno e acolhedor. O evangelizador deve ir ao encontro das pessoas, retomando a prática evangélica das visitas às casas. Os Con-

<sup>21</sup> ANTONIAZZI, A., "Planejamento Pastoral. Reflexões críticas". PT 21 (1989), p. 105.

<sup>22</sup> Idem, p. 112.

selhos Missionários Paroquiais (*COMIPAs*) cooperam nesta tarefa específica.

No urgente e necessário *testemunho de comunhão*, o PPP poderia dar sua contribuição para que aconteça a superação do clericalismo presente na mentalidade de parte dos leigos e de parte do clero. Ainda neste testemunho de comunhão algumas atitudes são necessárias:

- cuidar para que nas manifestações religiosas e nas suas estruturas, as diferentes vocações não escondam a igual dignidade de todos os fiéis;
- estimular a formação de comunidades menores, de participação mais direta e pessoal;
- empenhar-se para que as *CEBs* e os diversos grupos eclesiais se articulem e se integrem convenientemente na paróquia e na diocese<sup>23</sup>;
- fazer com que todos os fiéis participem não só da execução, mas também do planejamento e das decisões relativas à vida eclesial através de assembleias e sínodos do povo de Deus, dos CPPs, dos CPCs, etc;

### ***Pistas de ação no âmbito na comunidade***

Traçaremos algumas pistas que as DGAE apresentam para renovar a comunidade. Isto não significa voltar à comunidade tradicional, mas criar condições para que as pessoas possam viver relações de solidariedade e de fraternidade que permitam sua maior realização.

Na exigência do *serviço*, o PPP poderia ajudar a comunidade cristã a desenvolver:

- uma educação ao relacionamento solidário e fraterno, das pessoas entre si;

- a defesa dos direitos das famílias e das pequenas comunidades;
- a atenção aos “núcleos de convivência”, como casa de estudantes, cortiços, prisões, etc.
- um serviço de prevenção de HIV e assistência a soropositivos;
- campanhas pela paz, pelo desarmamento, contra a droga;
- a comunicação nas comunidades locais: TVs e rádios comunitárias;
- a acolhida ao migrante e a ajuda na sua inserção na sociedade;
- uma atenção específica aos marítimos, pescadores e caminhoneiros;
- e, por fim, poderia ajudar a comunidade a acolher de forma cristã os turistas.

Na exigência do *diálogo*, a comunidade eclesial, ao organizar o seu PPP deveria dar um claro testemunho de seu empenho em superar todas as formas de discriminação. A regra permanente no interior da comunidade eclesial deveria ser o diálogo. A variedade de vocações, espiritualidades e movimentos, deveria ser vista como riqueza, e não como motivo para competição e rejeição.

A comunidade eclesial precisaria desenvolver sempre mais: a tolerância e o diálogo não só ao seu interno, mas com os seguidores de outras religiões e a todas as pessoas empenhadas na justiça e na construção da fraternidade universal, valorizando o sincero respeito pela liberdade religiosa e pelas convicções dos outros; o seu compromisso com as comunidades indígenas, com suas lutas e com a conservação de suas culturas; e ainda, o seu empenho na superação de todos os preconceitos e do racismo, reconhecendo os valores religiosos da cultura africana.

<sup>23</sup> Cf. PUEBLA, nn. 640-643; 648-650.

O principal anúncio da comunidade eclesial é o anúncio da fraternidade, especialmente através do testemunho. Mas isso não dispensa o anúncio explícito. Uma das formas explícitas de anúncio nas comunidades eclesiais são as missões populares. As comunidades eclesiais são chamadas a “*dar de sua pobreza*”<sup>24</sup> para a evangelização “*ad gentes*”, ou para missões em outras regiões. A maturidade eclesial é consequência de sua abertura missionária.

Como *testemunho de comunhão*, buscar acolher, valorizar e orientar a todos os membros das comunidades eclesiais para viverem sua própria espiritualidade, abrindo-se aos desafios atuais, e participarem das comunidades, envolvendo-se na sua caminhada pastoral. Faz parte desta exigência evangelizadora incentivar todas as formas associativas e comunitárias que ofereçam uma experiência autêntica de fé e do compromisso.

O testemunho de comunhão eclesial para a maioria dos cristãos acontece na paróquia. Porém, por causa do número de fiéis que deve atender, pelo estilo com que às vezes é administrada, por hábitos de rotina pastoral, a paróquia pode deixar insatisfeitas muitas pessoas que buscam formas comunitárias de viver sua fé. Esta busca está gerando no interior das paróquias, comunidades eclesiais de base e outras formas associativas ou de grupos, e indica a necessidade de novas estruturas para a evangelização. Dentre elas destacam-se as áreas pastorais, organizadas em redes de comunidades, assistidas por equipes missionárias, formadas por ministros ordenados, consagrados e leigos.

Papel muito importante tem o presbítero dentro da ministerialidade da Igreja. Ele deve acolher e valorizar os carismas ou dons de cada um, cuidando para que a paróquia seja a expressão de uma verdadeira comunhão de fé e de amor, estimulando cada batizado a tomar consciência de sua responsabilidade ativa na vida eclesial<sup>25</sup>.

Por fim, ainda no *testemunho de comunhão*, deveria ser incentivada a prática de “*paróquias-irmãs*”, dentro e fora da diocese, partilhando descobertas e conquistas, inclusive com a partilha e a comunhão de bens, levando em consideração as graves necessidades financeiras de cada comunidade, para que cada comunidade eclesial se constitua um exemplo de modo de convivência.

### ***Pistas de ação no âmbito da sociedade***

Diante do escândalo da exclusão social, e da conseqüente violência, o PPP precisaria ter presente alguns aspectos para empenhar-se com firmeza na construção de uma sociedade justa e solidária. Participar da construção de uma sociedade justa e solidária é, de fato, um dos objetivos da ação evangelizadora da Igreja no Brasil e de qualquer planejamento paroquial.

Na exigência do *serviço* à sociedade, o PPP precisaria empenhar as comunidades eclesiais no serviço da cidadania, da luta contra a exclusão, a miséria e a violência, participando, seja das iniciativas da sociedade civil, seja de outras instituições públicas ou privadas, acompanhando, com grupos específicos, o trabalho do legislativo e do executivo, principalmente na esfera municipal, mais próxima das paróquias. Um

<sup>24</sup> PUEBLA n. 368.

<sup>25</sup> JOÃO PAULO II, *Novo Millennio ineunte*, n. 46.

serviço fundamental nas nossas comunidades é o trabalho por uma mudança de mentalidade visando superar o excessivo apego aos bens materiais. O modelo de uma vida sóbria e simples é a condição de uma sociedade ecologicamente sustentável.

No *diálogo*, o PPP deveria contemplar a diversidade dentro da sociedade e planejar nossas comunidades eclesiais para colaborar com outros grupos religiosos ou da sociedade civil, em espírito ecumênico e cidadão, estabelecendo parcerias suprapartidárias visando o bem comum.

Na exigência do *anúncio*, a partir da coerência da vida cristã, o PPP poderia mostrar que nossas comunidades eclesiais, através do Evangelho, são fermento de libertação da pessoa e transformação da sociedade. Uma especial atenção merece a pastoral urbana, com a criação de estruturas eclesiais novas. Alguns exemplos de caminhos novos nesta exigência são a multiplicação e diversificação das comunidades eclesiais nas periferias e em ambientes específicos; o incentivo à reflexão e ao planejamento pastoral em comum entre as paróquias da mesma cidade ou área; o desenvolvimento de centros de promoção social e de evangelização; a valorização da religiosidade popular.

No *testemunho de comunhão* o interesse autêntico e sincero pelos problemas da sociedade nasce da solidariedade para com as pessoas. Este interesse é um testemunho privilegiado do seguimento de Jesus que *"veio para servir e não ser servido"* (Mc 10,45). Esse testemunho passa pelo esforço de educar os católicos no conheci-

mento da Doutrina Social da Igreja, como decorrência ética da fé cristã. A educação dos católicos à solidariedade e ao engajamento social se adquire através da formação na ação, através de grupos e escolas de Fé e Política, do engajamento nas Campanhas da Fraternidade, das iniciativas da *Caritas*, etc. Por fim, um grande testemunho de comunhão das comunidades eclesiais para a sociedade será quando elas superarem as desigualdades econômicas e sociais existentes dentro da própria Igreja, com uma mais efetiva e dinâmica partilha dos recursos materiais e humanos entre as paróquias ricas e pobres. Este será um testemunho visível de comunhão.

## VI- Perspectiva pastoral do Planejamento Pastoral Paroquial

O PPP tem como perspectiva a renovação na participação dos fiéis leigos e no estilo de conduzir a comunidade paroquial. Deseja tornar a paróquia uma comunidade eclesial viva e dinâmica, atualizada para os tempos de hoje. Os documentos mais recentes da Igreja insistem em definir a paróquia como *"comunidade de comunidades"*, *"comunidade de fé"*, *"comunhão orgânica e missionária"*, e por fim como *"rede de comunidades"*<sup>26</sup>.

A paróquia é chamada a ser atualmente uma *"rede de comunidades"*. Mas, o que é uma rede de comunidades? Por quê ela precisa tornar-se uma rede de comunidades? Como torná-la uma rede de comunidades? Por ser esta uma nova proposta dentro da atual estrutura paroquial, queremos ofe-

<sup>26</sup> SANTO DOMINGO, n° 58. O contexto mais amplo da renovação paroquial se encontra nos números 54-64.

recer algumas pistas práticas para que ela se torne cada vez mais realidade em nossas comunidades paroquiais.

### **Paróquia como "Rede de Comunidades"**

Nossas paróquias são muito extensas e devem atender um número demasiadamente elevado de fiéis. Uma paróquia, não pode ser uma comunidade de 20.000, 50.000 pessoas, ou até mais. O trabalho pastoral fica massificado, burocratizado, superficial e impessoal. A acolhida pessoal que todos desejam, se torna cada vez mais distante, impossível. O PPP precisa repensar a paróquia, como ela está constituída hoje, afim de torná-la uma instituição válida. Pequenas comunidades em rede estão entre as propostas destes tempos.

Antoniazzi<sup>27</sup> apresenta três motivos principais que exigem a renovação da paróquia, especialmente aquela da grande cidade:

*A paróquia cresceu de tamanho.* A paróquia antiga tinha poucos habitantes. Hoje a média é de 20.000 habitantes por comunidade paroquial. E há algumas maiores ainda. Um padre, no passado, podia atender pessoalmente a todos os seus paroquianos. Hoje, se não mudar o estilo da paróquia, ela não dá mais conta de atender satisfatoriamente aos seus paroquianos.

*A paróquia mudou a sua relação com o território e a vida social.* No passado, nas pequenas cidades do interior, havia uma identificação entre paróquia e sociedade. A igreja matriz estava no centro. Toda a vida da cidade girava ao redor dela. Hoje, especialmente nas grandes cidades, a igre-

ja paroquial ou o salão comunitário pode ser muito importante para o bairro, mas pouco representa para a cidade. Há fatos novos, que fazem da paróquia uma instituição entre as outras. A vida paroquial encontra múltipla concorrência: do estádio de futebol, do cinema, do sítio, do shopping, etc.

*A paróquia cresceu não apenas em tamanho, mas em complexidade.* Novas tarefas e desafios apareceram. Antes, a paróquia cuidava só de missas e sacramentos. Hoje ela assumiu obras sociais, recreação da juventude, cursos de formação e conscientização política, etc. Sem falar que no passado, a paróquia era fechada, e a voz do pároco podia se impor. Hoje, são tantas as vozes que podem ser ouvidas, através dos vários meios de comunicação social, que são muito mais eficientes do que o púlpito das igrejas. Mesmo ao interno da Igreja, raramente chegava algo de novo, como uma carta ou um projeto pastoral; além do mais, não se falava em co-responsabilidade, ou caminho comum entre as comunidades.

Com tantos desafios, o que se pode fazer? Aqui, aparece a urgência de um PPP claro e eficiente, que leve em conta, as mudanças ocorridas na sociedade nestes últimos tempos. O mesmo Antoniazzi em seu artigo oferece algumas sugestões:

- Diante do crescimento da paróquia, do aumento do número dos paroquianos, a resposta é a *descentralização ou a diversificação interna*. Mas o que isso quer dizer? Que uma grande paróquia pode constituir-se de várias comunidades menores. Podem ser pequenos grupos de rua, grupos de

<sup>27</sup> ANTONIAZZI, A. *A Paróquia precisa de renovação? Por quê?* In Informativo do Projeto Pastoral "Construir a Esperança" da Arquidiocese de Belo Horizonte. (1992), n. 19, p. 1.

vivência, comunidades eclesiais de base, ou algo semelhante. O importante é que os paroquianos estejam ligados a um grupo não muito grande, próximo deles, em que se sintam valorizados e conhecidos. Para animar estes grupos, a comunidade paroquial precisa designar pessoas com uma boa liderança. Isso quer dizer criar “*novos ministérios*” confiando-os aos leigos. O primeiro destes ministérios é o da acolhida. Quem procura a Igreja, deve sentir-se membro de uma família, a família de Deus, e ser recebido fraternalmente, com alegria. Onde isso acontece, o padre deixa de fazer tudo, e os fiéis leigos tornam-se sujeitos da missão da Igreja, co-responsáveis pelo trabalho de evangelização e pela edificação da comunidade eclesial.

- Diante das mudanças da relação entre paróquia e sociedade, a resposta é também a *diversificação*, mas “*externa*”. A paróquia não deve abrir-se apenas para dentro, multiplicando as comunidades em seu interior, mas deve olhar para “*fora*”, para ver o que o bairro e as pessoas que nele moram necessitam. Assim, a paróquia torna-se missionária, preocupada com os paroquianos. Como evangelizá-los? Como socorrê-los quando precisam? A paróquia precisa se colocar estas questões e mobilizar mais suas forças para esse trabalho.

- Diante do entrelaçamento da vida paroquial e social, dos laços que unem cada paroquiano ao conjunto da cidade, a paróquia não pode agir mais sozinha. Ela precisa se *articular* com a pastoral da diocese, através das mais diversas instâncias. Ela precisa dividir tarefas: algumas tarefas somente a paróquia pode realizar; outras pre-

cisam de um apoio em nível mais amplo. Daí surge a importância da comunicação com outras comunidades paroquiais, setores, com a cidade, etc. Assim a paróquia de hoje poderá fazer seu trabalho local com mais segurança, respondendo melhor aos novos desafios de suas comunidades.

Essas reflexões visam tornar a paróquia renovada. Um PPP participativo contribuiria imensamente neste sentido. Do jeito que está, não é mais suportável. Claro que toda mudança traz insegurança. Mas é preciso enfrentar esse difícil processo com coragem e firmeza.

Apresentamos aqui algumas características de uma *paróquia ideal*<sup>28</sup>.

- *Paróquia evangelizadora*: através de seu testemunho de solidariedade com os mais pobres; pelo testemunho de fraternidade e de partilha; de alegria e esperança em meio à pobreza e dificuldades da vida; por sua capacidade e necessidade de proclamar o evangelho como luz para a vida das pessoas; por sua capacidade de denunciar o que atualmente se opõe ao reino e destrói o homem; por sua capacidade de promover uma reflexão evangélica e uma ação comprometida face aos fatos ou situações que mais afetam a vida das pessoas.

- *Comunidade de comunidades*: que promove a criação de comunidades eclesiais; que vai se descentralizando e aos poucos delegando aos leigos e às comunidades responsabilidades progressivas; que procura ser centro de animação e de coordenação das comunidades e dos serviços que vão surgindo.

- *Formadora de pessoas*: que dá importância à formação espiritual, bíblica, doutrinal e social dos leigos; que incorpora

<sup>28</sup> CABELLO, Miguel et alii. *Manual de Planejamento Pastoral*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 47-50.

o laicato à participação ativa na transformação, missão e organização da paróquia.

- *Educadora da fé*: que promove e organiza a catequese familiar; que prepara adequadamente para a recepção dos sacramentos; e promove constante atitude de atenção de fé face aos acontecimentos.

- *Encarnada em sua realidade*: que conhece a liberdade, os problemas e as aspirações do povo a quem procura servir; que analisa as necessidades do povo à luz do evangelho e desperta o compromisso dos leigos com sua realidade e que estimula a participação de seus membros nas organizações e movimentos populares.

- *Integrada na Igreja*: que desperta nos leigos o sentimento de ser Igreja e não apenas de pertencer a ela; que se coloca em sintonia com as diretrizes da CNBB, vinculada à Diocese e que promove encontros e intercâmbio de experiências com as outras paróquias da região.

- *Comunidade que celebra a vida*: que promove celebrações vivas e alegres; que faz com que a celebração da Eucaristia seja considerada o centro da vida e verdadeira ação de graças pelo que o Senhor realiza no meio do seu povo e que ao celebrar os sacramentos, consegue vinculá-los estreitamente à vida dos participantes.

- *Paróquia organizada*: que desenvolve a consciência de co-responsabilidade entre seus membros; que procura despertar os ministérios de acordo com os dons de cada um e as necessidades da paróquia; que cria, progressivamente, o CPP e os CPCs, no qual participam os responsáveis pelos serviços e pelas comunidades.

A perspectiva pastoral do PPP era desembocar na organização paroquial como rede de comunidades, cujo objetivo, outro não

era, senão a diversificação e multiplicação das nossas comunidades de fé e de vida. A paróquia não pode continuar extensa como está. Há necessidade de multiplicar-se em pequenas comunidades, que não dependam diretamente do padre, onde as pessoas se sintam acolhidas e reconhecidas, valorizadas e co-responsabilizadas. Essas comunidades serão de diversos tipos. Teremos comunidades ligadas ao território e à residência como, geralmente são as *CEBs*, ou a grupos de interesse e de vivência, agregando pessoas que têm em comum certa experiência ou visam um certo objetivo, em particular, o de partilhar a sua fé no mundo de hoje.

## Conclusão

Percebemos que o Planejamento Pastoral Paroquial na perspectiva da Pastoral Orgânica não acontece por acaso. Assim como a experiência da Igreja no Brasil, na comunidade paroquial, o planejamento pastoral será fruto de uma acentuada eclesiologia de “*comunhão e participação*”. É necessário percorrer um caminho teológico-pastoral sério, conseqüente, paciente, até que as pessoas envolvidas possam assumir a co-responsabilidade pastoral, fundamental em todo o processo, da escolha às decisões, até a execução de toda ação evangelizadora. O PPP na perspectiva da PO só atingirá os objetivos de envolvimento de um maior número possível de membros da comunidade, se ele for centrado na participação. Centrado na autoridade ou na instituição, não atingirá os fins para o qual existe.

O forte clericalismo da parte de muitos leigos e presbíteros, infelizmente ainda existente em muitas de nossas comunidades paroquiais, traz muitas dificuldades

para que a Igreja seja muito mais humana, participativa e comunitária.

A partir das DGAE da Igreja no Brasil (2003-2006), destacamos uma série de pistas pastorais onde o PPP pode atuar no âmbito da pessoa, da comunidade e da sociedade. A proposta da Paróquia como "Rede de Comunidades", quer ser a forma estável onde o PPP poderá atuar. Para tanto, são necessárias estruturas de comunhão, tais como os conselhos e assembleias vivas e

dinâmicas que garantam a continuidade do método participativo na caminhada eclesial.

O caminho é longo, mas já foram dados muitos passos perseguindo este objetivo de comunhão e co-responsabilidade no agir eclesial. Importante é, não voltar atrás!

---

Endereço do autor:

Rua Professora Vicentina Barreto, 54

31720-270 Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3454-3552

E-mail: dwulatka@yahoo.com.br

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Como poderia ainda ampliar a compreensão do tema do Planejamento Pastoral Paroquial na perspectiva da Pastoral Orgânica?
- 2- Qual a contribuição que este tema trouxe para a minha vida de paroquiano (a)?
- 3- Como o PPP na perspectiva da Pastoral Orgânica pode ajudar no planejamento pastoral de minha comunidade paroquial?

**“No *testemunho de comunhão* o interesse autêntico e sincero pelos problemas da sociedade nasce da solidariedade para com as pessoas. Este interesse é um testemunho privilegiado do seguimento de Jesus que *“veio para servir e não ser servido”* (Mc 10,45) ”**

# Brasil: 2 anos de Governo Lula

## Balço – Perspectivas<sup>1</sup>

PE. FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

Nossa análise se restringe ao governo Lula. Não faremos uma análise de conjuntura da sociedade brasileira, mas apenas de um de seus elementos: o governo. A sociedade é muito mais ampla e envolve diversos aspectos, dimensões, elementos. Aqui nos restringiremos a um deles, embora esteja vinculado e tenha implicações diretas ou indiretas nos demais aspectos, dimensões, elementos. E vice-versa. E analisaremos o governo Lula sob uma perspectiva bem determinada: o enfrentamento da desigualdade social e a superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza no Brasil. Isso não esgota o governo, mas, constitui, em nossa compreensão, a questão e o desafio mais primários e mais fundamentais.

Em primeiro lugar, falaremos da desigualdade social como o maior problema e o maior desafio históricos do Brasil. Em segundo lugar, situaremos a construção do Partido dos Trabalhadores e, nele, da candidatura Lula no contexto e no horizonte da luta pela superação da histórica desigualdade social que caracteriza a formação e estruturação da sociedade brasileira. Em terceiro lugar, faremos um ba-

lanço dos dois anos de governo-Lula – na perspectiva do enfrentamento da desigualdade social e da superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza no Brasil (grande desafio da sociedade, grande bandeira de campanha e grande marketing do governo) – e indicaremos algumas perspectivas, no mesmo horizonte.

### Brasil: o escândalo da desigualdade social

O Brasil não é um país pobre. É um país injusto. Profundamente injusto. Um dos mais desiguais do mundo. Se tem algo que caracteriza e acompanha o processo de constituição e estruturação da sociedade brasileira, é o “padrão extremamente concentrado de distribuição social da riqueza”<sup>2</sup>. Instaurado já no período colonial (1500-1822), passou pela fase monárquica (1822-1889) e vem se mantendo, sem maiores alterações, ao longo do período republicano (pós-1989).

Nem a independência política de Portugal (1822); nem o início do trabalho assalariado com o “fim” do trabalho escravo (1888)<sup>3</sup>; nem a expansão da presença do estado com a instalação da República

<sup>1</sup> Participação na Assembléia Geral Anual da Brasilien-Cooperative Haltern, realizada de 04-06 de fevereiro de 2005 no Kloster Gerleve em Billerbeck.

<sup>2</sup> POCHMANN, Marcio *et. al.* (org). *Atlas da Exclusão Social: Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004, 26.

<sup>3</sup> Entre 1995 e 2003, 9.538 trabalhadores foram libertados do trabalho escravo no Brasil. Cf. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo: Brasil 2003*. Goiânia, pp. 137-152.

(1989); nem o dinamismo quantitativo e qualitativo da elite brasileira com o crescimento e diversificação industrial foram capazes de alterar significativamente a distância entre pobres e ricos no Brasil.

Em 1872, por exemplo, conforme o Censo, o Brasil possuía 10,1 milhões de habitantes reunidos em cerca de 1,3 milhão de famílias. Desse total, apenas 23,4 mil famílias (1,8%) detinha a propriedade da maior parte dos escravos, dos grandes latifúndios e negócios comerciais e financeiros – concentrava aproximadamente 2/3 do estoque de riqueza e de todo fluxo de renda do país.

Em 1920, de acordo com o Censo, o Brasil tinha quase 31 milhões de habitantes distribuídos em aproximadamente 5,1 milhões

de famílias. Desse total, apenas 64,2 mil famílias (1,3%) detinha 66,1% do total das propriedades rurais de todo país.

Estudo recente revela que em 2001 os 10% mais ricos da população respondiam por cerca de 3/4 de toda riqueza nacional. Se tomarmos apenas as 5 mil famílias *muíto ricas* do país (0,001% das famílias) – em 2000 o Brasil tinha uma população superior a 177 milhões; hoje ultrapassa os 182 milhões – chegaremos à escandalosa constatação que elas se apropriavam do equivalente a 3% da renda total nacional, representando seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro, ou seja, 2/5 de todo fluxo de renda gerado pelo país no período de um ano<sup>4</sup>.

Em tabela:

Ano	Hab.	Famílias	Fam. ricas	%	Concentração
1872	10,1 milhões	~1,3 milhões	23,4 mil	1,8%	~2/3 do estoque de riqueza e fluxo de renda (escravos, latifúndio, negócios)
1920	~31 milhões	~5,1 milhões	64,2 mil	1,3%	~66,1% das propriedades rurais
2000/01	+177 milhões		5 mil	0,001%  10%	3% da renda total nacional, patrimônio ~40% do PIB; 3/4 de toda riqueza nacional

Sem dúvida nenhuma, o altíssimo índice da concentração da renda e da riqueza na mão de tão poucos, por um lado, e o altíssimo índice de pobreza e de miséria da grande maioria da população brasileira, por

outro, são o maior escândalo e o maior desafio do Brasil. Por isso mesmo, a luta contra a miséria e a pobreza é, necessariamente, a luta contra a concentração da renda e da riqueza. "A exclusão social [...]"

<sup>4</sup> A propósito dos números da concentração de riqueza no Brasil, Cf. POCHMANN, Marcio. *Op. cit.*, pp. 25-45.

resulta da manutenção e atualização desse padrão extremamente excludente de riqueza construído historicamente para usufruto de poucos grupos privilegiados [...] e que nos acompanha, com apenas algumas poucas fisuras, até os dias de hoje”<sup>5</sup>. Esse é o grande drama e o grande desafio do Brasil!

## **Candidatura Lula e a superação da desigualdade social**

Tanto o Partido dos Trabalhadores quanto, nele, a Candidatura-Lula nasceram e foram se consolidando no seio da luta contra esse padrão extremamente concentrador da riqueza e da renda no Brasil.

Nasceram e se consolidaram em uma década extremamente fecunda do ponto de vista da mobilização e organização populares no Brasil. Em uma década em que a sociedade brasileira retomava com vigor e criatividade o desafio e a tarefa de construção de um Projeto Democrático-Popular para o país. O fim da ditadura militar e a progressiva abertura política no país – ainda que em grande parte mais formal que real – foram marcados por uma explosão e diversificação dos processos de mobilização e organização populares (a partir da base, em redes, a partir de necessidades específicas, local X global, grupo X massa...), dos instrumentos de luta (sindicatos, partidos, associações, comunidades eclesiais de base, pastorais sociais, ONGs, conselhos popula-

res, fóruns, cooperativas, ocupação...) e dos sujeitos sociais (operários, agricultores, mulheres, negros, índios, homossexuais, pescadores, catadores de material reciclável e moradores de rua, portadores de necessidades especiais, portadores de HIV...); pela ampliação do horizonte da libertação (econômico, político, cultural, religioso, étnico, sexual, ecológico...); e pela opção – pelo menos na prática – por um processo democrático de transformação da sociedade, também no âmbito institucional.

No meio e a partir de todo esse processo, o Partido dos Trabalhadores foi crescendo e se consolidando como força política importante, sobretudo na defesa e mediação de direitos políticos, sociais, econômicos, étnicos, sexuais, ambientais... no âmbito do Estado. Tornou-se um dos principais mediadores entre os movimentos e organizações sociais e o Estado<sup>6</sup>. Inicialmente com uma atuação mais restrita à esfera parlamentar, sobretudo nas grandes cidades, aos poucos foi expandindo sua atuação para a esfera executiva. Iniciou algumas experiências inovadoras tanto no âmbito das prioridades orçamentárias, quanto na forma de gestão da coisa pública. Foi ganhando projeção nacional e até internacional. Foi crescendo eleitoralmente tanto no parlamento quanto no executivo e se apresentando como uma alternativa política (e eleitoralmente viável!), em

<sup>5</sup> *Ibid.*, 44.

<sup>6</sup> “Diferentemente de outros partidos de esquerda, cuja tradição leninista tornava os movimentos e organizações sociais uma ‘correia de transmissão’ do partido, o PT nasceu da relação dialética entre dois pólos. Ambos têm a mesma inspiração e utopia, mas atuam em campos diferentes: os movimentos sociais lutam na sociedade civil por uma causa específica, ao partido compete, na esfera política, exercer o poder de estado. Enquanto os movimentos sociais fazem a mobilização popular, o partido político leva a mobilização para o âmbito parlamentar e executivo”. CNBB. Análise de Conjuntura – maio de 2004: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br).

âmbito nacional, ao projeto das elites – concentrador da riqueza e da renda e responsável pela perpetuação e aumento da pobreza e da miséria no país.

O desafio que o Partido do Trabalhadores, através da candidatura Lula, assumia – dizendo ser possível, viável... – era criar mecanismos, também institucionais, capazes de distribuir a renda e a riqueza e diminuir a desigualdade social ou a distância entre ricos e pobres no Brasil. O PT sempre afirmou que a pobreza e a miséria não são fenômenos naturais. São o resultado direto da concentração da riqueza e da renda – possibilitada e facilitada por determinadas opções e decisões políticas. Em outras palavras: pobreza/miséria e riqueza/concentração são um fato político e devem ser enfrentadas politicamente. O Estado deve criar mecanismos de distribuição da riqueza e da renda concentradas. Só assim a pobreza e a miséria serão real e eficazmente superadas ou, ao menos, reduzidas. Esse era o desafio e a tarefa políticos que o PT assumia ao se propor como partido dos trabalhadores e ao disputar por vezes (90, 94, 98, 2002) a presidência da República.

## **Governo Lula e a superação da desigualdade social**

É sob esta perspectiva que avaliaremos os 2 anos do governo Lula. Até que ponto ele tem conseguido romper com o padrão concentrador de riqueza e renda que caracteriza a história da sociedade brasilei-

ra ou até que ponto ele tem continuado e mesmo reforçado esse padrão? Do ponto de vista do enfrentamento da desigualdade social e da superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza, o governo Lula é uma novidade e um avanço políticos? Ou, embora bem intencionado, não tem conseguido, realmente, criar mecanismos de distribuição da riqueza e da renda concentradas ou até mesmo tem reforçado e “modernizado” o padrão concentrador de riqueza e renda no país?

## **Balanço**

O ponto central de convergência e divergência no governo Lula é, sem dúvida nenhuma, a política econômica.

Na análise de um setor importante do empresariado nacional (sobretudo o setor ligado à especulação financeira e ao agonegocio) e de organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial, a política econômica do governo Lula tem sido um sucesso: tranqüilizou o mercado financeiro; controlou a inflação; reduziu drasticamente o risco-Brasil; cresceu 5% em 2004<sup>7</sup> – entre 1990 e 2003 o crescimento econômico do país ficou abaixo de 2% -; e já começou a gerar empregos: De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, divulgada pelo IBGE, a taxa de desemprego em 6 grandes regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre) que em 2003 atingiu 12,3%, ficou em 11,5% em dezembro de 2004<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Em 2004 o superávit da balança comercial brasileira atingiu US\$ 33,7 bilhões, o maior saldo comercial de sua história. O país exportou US\$ 96,48 bilhões e importou US\$ 62,78 bilhões.

<sup>8</sup> Em dezembro a taxa de desemprego nestas regiões foi de 9,6 – um ponto percentual à menos em relação a novembro. Esta foi a menor taxa desde outubro de 2001. Já quanto aos salários, em dezembro houve uma queda média de 1,8% em relação a novembro. Cf. *Jornal Tribuna da Imprensa*.

Já para um setor cada vez mais crescente dos movimentos, organizações e pastorais populares, bem como dos intelectuais historicamente ligados às lutas político-sociais do país, a política econômica é, *do ponto de vista da superação da escandalosa desigualdade social do país*, o fracasso do governo Lula. Ele segue "ortodoxamente" e até aprofunda a política econômica monetarista do governo Fernando Henrique Cardoso, contra a qual sempre lutou. Com ela, "o Estado tem disponibilizado aos investidores papéis da dívida pública pagando juros muito elevados e, portanto, bastante atraentes na análise dos profissionais que negociam estes ativos. O problema é que, para pagar juros tão altos<sup>9</sup>, o governo tem sido obrigado a realizar

superávites primários estelares<sup>10</sup>, comprometendo sua capacidade de investimento e ação sobre a economia brasileira. Em palavras diretas, o governo tem arrecadado cada vez mais da população, através dos impostos<sup>11</sup> majoritariamente indiretos e contribuições, e utilizado parte importante desses recursos para pagar títulos da dívida, beneficiando assim principalmente quem pode comprá-los, ou seja, os mais ricos<sup>12</sup>. Trata-se, assim, de uma transferência de recursos dos menos ricos para os mais bem situados na pirâmide social"<sup>13</sup>. Estamos, portanto, diante de um "modelo selvagem de acumulação de riqueza" em que "por meio da dívida pública, dos juros altos e do superávit primário, o Estado transfere recursos oriundos de

---

sa, 26/01/2005. O gerente da Pesquisa Mensal do IBGE, Cimar Azeredo Pereira, ressalta que, em parte, o desemprego cedeu em consequência da menor procura. De acordo com a pesquisa, de setembro para outubro, 60 mil pessoas (jovens e mulheres com mais de onze anos de estudo) saíram do mercado de trabalho. Trata-se de pessoas que estavam buscando um emprego para completar a renda da família. Segundo Lauro Ramos, economista do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), "mais cedo ou mais tarde, esse contingente que entrou de forma desesperada no mercado por causa da queda da renda e das agruras da família saíria do mercado de trabalho com o começo da recuperação do rendimento". *Jornal Folha de São Paulo*, 17/11/2004.

<sup>9</sup> A taxa básica de juros da economia (Selic) que no início do governo era 26,5%, chegou a 16%, voltou a crescer e teve no início de janeiro sua 5ª alta consecutiva. Está em 18,25%.

<sup>10</sup> De janeiro a setembro de 2004, o superávit primário (receita menos despesa) acumulado nas contas do governo central (Tesouro, INSS e Banco Central) atingiu 46,17 bilhões. A meta fixada para todo o ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias era 45,1 bilhões, ou seja, 4,50% do Produto Interno Bruto. Cf. *Jornal Tribuna da Imprensa*, 25/10/2004.

<sup>11</sup> A carga tributária brasileira alcançou, no primeiro semestre de 2004, 38,11% do PIB. Em relação ao mesmo período em 2003 (36,91%) houve um aumento de 1,2%. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo: Suécia (53,2%), França (45,4%), Noruega (44,9%), Itália (41,8%), Reino Unido (37,4%), Brasil (37%), Alemanha (36,4%), EUA (29,6%), Argentina (21%), México (18%), Chile (17,3%), China (16%). *Jornal Folha de São Paulo*, 06/10/2004.

<sup>12</sup> Em 2002, só de juros com a dívida pública, o Brasil pagou 113,978 bilhões. Em 2003 o montante de juros chegou a 145 bilhões. Apesar da queda de juros ocorrida desde 2003, os 108 bancos que atuam no país lucraram R\$ 9,4 bilhões no primeiro semestre de 2004, segundo levantamento do Banco Central. Um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período em 2003, quando lucraram R\$ 8,198 bilhões. Cf. *Jornal Folha de São Paulo*, 11/09/2004.

<sup>13</sup> POCHMANN, Marcio. *Op. cit.*, pp189s.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 185.

toda população para as camadas mais ricas”<sup>14</sup>. Ao invés de criar mecanismos de distribuição da riqueza e da renda concentradas, o Estado, com a política monetarista, aprofunda ainda mais a distância entre pobres e ricos.

Ligada a esta *política monetarista* está a *política de crescimento econômico* voltada para a exportação. Para alimentar a política monetarista, o governo precisa, além de uma alta carga tributária, de um superávit primário elevado e de um rigoroso controle fiscal (não gastar mais do que arrecada – a não ser com juros da dívida!!!)<sup>15</sup>, de um significativo *saldo na balança comercial*. E como estamos, de acordo com o prof. Renato Flores da Fundação Getulio Vargas, “em um momento em que nossa competitividade internacional se concentra praticamente em alguns produtos do *agronegócio*”<sup>16</sup>, ele se tornou a prioridade absoluta do governo, embora seja altamente concentrador de riqueza e renda: Ele “garante aos credores externos que não faltará ao Tesouro divisas para honrar as dívidas em moedas fortes”<sup>17</sup>. Isso tem determinado, em grande parte, a política agrícola/agrária e ambiental do governo e tem aprofundado a tensão e o conflito com os movimentos e organizações sociais no país:

1. A *agricultura familiar* continua sendo tratada no atual governo como políti-

ca social compensatória. E não só por causa do não cumprimento das metas do Plano de Reforma Agrária, mas porque, em se tratando de desenvolvimento agrícola, os grandes investimentos estão voltados para o *agronegócio*.

No que diz respeito às metas do Plano de Reforma Agrária, os números de 2004, reunidos por Eduardo Scolese, dispensam comentários. A meta do governo era assentar em 2004 115 mil famílias, sendo 75 mil delas em *terrenos desapropriados para reforma agrária*. O governo tinha prometido uma suplementação de R\$ 1,7 bilhão ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas apenas 700 milhões foram liberados. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo assentou até 20 de dezembro 68,3 mil famílias (incluindo aí famílias colocadas em terrenos públicos, em projetos estaduais ou em lotes vagos de assentamentos antigos...). Entre janeiro e dezembro o governo desapropriou áreas suficientes para 25 mil famílias, sendo 51% dessa área desapropriada no segundo semestre – o que significa, dado o tempo do processo de desapropriação (5 meses, em média), que só em 2005 estará disponível. Além do mais, 49% da área desapropriada está situada na Amazônia Legal, onde, em comparação com outras regiões, a falta de infra-estrutura básica é maior e a demanda por terra tem sido

<sup>15</sup> Curioso que a Lei de Responsabilidade Fiscal (não gastar mais do que arrecada), quase um dogma para a equipe econômica do governo, não vale quando se trata de juros da dívida “pública”. Aí, o Estado pode se endividar. Por que não, junto à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma Lei de Responsabilidade Financeira – em que o Estado não pode comprometer seus serviços essenciais nem se endividar com pagamento de juros?

<sup>16</sup> *Jornal Folha de São Paulo*, 07/01/2005.

<sup>17</sup> CNBB. Análise de Conjuntura – maio de 2004: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br).

bem menor. Das 316 ocupações ocorridas entre janeiro e novembro de 2004, apenas 17 (5%) ocorreram na região<sup>18</sup>.

No que diz respeito à política de desenvolvimento agrícola voltada para o agronegócio, o próprio diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Kageyama, reconheceu, na Conferência Nacional da Terra e da Água, 22-25/11/2004 em Brasília, que houve uma prioridade por parte do governo com a balança comercial. E embora dizendo-se empenhado “para que o lado da agricultura familiar seja visível também”, reconhece que “sempre pareceu que este lado era pouco produtivo”, o que, segundo ele, “não é verdade. A produção de alimentos no Brasil é feita basicamente pela agricultura familiar”, sem falar na discrepância de emprego entre o agronegócio e a agricultura familiar: “são 10% contra 90%. A grande maioria das propriedades é de agricultura familiar<sup>19</sup>. De acordo com Romário Rossetto, coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), “a produção dita do agronegócio em propriedades acima de mil hectares é de 21% no caso da soja. Enquanto nas que têm até 100 hectares são produzidas 32% da soja do país. O agronegócio desemprega pelo uso de altas tecnologias, substituindo a mão de obra familiar”<sup>20</sup>. Já o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em defesa do agronegócio,

afirmou que “o setor é o maior negócio do Brasil, representa 34% do PIB nacional e é responsável também por 42% das exportações brasileira”<sup>21</sup>. Por isso o apoio incondicional do governo ao agronegócio, embora seja altamente concentrador de renda e riqueza. Na expressão de Gogó, da Comissão Pastoral da Terra, o agronegócio é a versão moderna do latifúndio. E moderna não só na forma de produção, mas também na forma de acumulação, de concentração. Por isso também muito mais perverso.

2. Ligada a questão do agronegócio está o *hidronegócio*, com destaque no problema da *transposição do Rio São Francisco*.

Diferentemente da situação de muitos países, o Brasil tem água em abundância. Mais de 11% de toda água doce disponível no planeta está no Brasil. Mesmo assim, uma parcela importante da população tem sofrido com escassez e carência de água. Isso se deve, por um lado, às diferenças geoclimáticas das regiões e à enorme desproporção entre a localização da água e a localização da população [72% está região amazônica (com menos de 8% da população) e apenas 3% no nordeste (com cerca de 30% da população)]; e, por outro, à política estatal de privatização dos recursos hídricos, conhecida no passado como a “indústria da seca”. Embora a expressão “indústria da seca” esteja fora de moda e pareça coisa do passado, a realidade que ela

<sup>18</sup> SCOLESE, Eduardo. “Desapropriações não atendem as metas para assentamento”. *Jornal Folha de São Paulo*, 04/01/2005.

<sup>19</sup> Agência Brasileira de Notícias, 24/11/2004.

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> *Jornal Primeira Leitura*, 24/11/2004.

traduzia, além de muito atual é cada vez mais escandalosa. A política estatal de gestão dos recursos hídricos é – e cada vez mais com o governo Lula – claramente voltada para a grande indústria, para o agronegócio, para a carcinicultura: O governo constrói, com dinheiro público, grandes barragens; investe milhões em projetos de irrigação; financia a indústria do camarão; “fecha” os olhos diante dos crimes sócio-ambientais dos carcinocultores (criadores de camarão) e constrói até canal subterrâneo para transportar água de barragem para a grande indústria (como o que levará a água da Barragem Castanhão para o Complexo Industrial do Pecém – CE). Enquanto isso, a sede ronda as grandes barragens; a população local acaba como mão de obra barata nos perímetros irrigados; muitos assentamentos estão localizados em áreas em que até o consumo humano é precário; o manguesal e a mata ciliar são destruídos e as comunidades têm sua fonte de renda comprometida; a população nativa acaba cedendo à pressão e especulação das empresas de camarão e vendendo suas terras... Enquanto se cria uma mega-infra-estrutura hídrica – hidronegó-

cio – para manter e desenvolver a grande indústria, o agronegócio e a carcinicultura; aos antigos e atuais “flagelados da seca”, resta a construção de cisterna e placa<sup>22</sup> e a eterna espera pela chuva: “São José, a vós nosso amor; sede nosso bom protetor; mandai chuva em nosso favor”!!! O hidronegócio é, na expressão de Gogó da CPT, a versão moderna da indústria da seca. Com a justificativa de resolver o problema do semi-árido brasileiro, o governo constrói, com dinheiro público, grandes obras cuja real finalidade é possibilitar e garantir o crescimento econômico da grande indústria, do agronegócio, da carcinicultura.

Um exemplo disso é o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Segundo Gogó da CPT, o projeto atinge apenas 5% do semi-árido. Mesmo ignorando todos os problemas ambientais, sociais e técnicos que permeiam o projeto, ele sequer se propõe resolver os problemas de sede e insegurança de nossa população mais necessitada de água. Essa população está espalhada pelo semi-árido, muitas vezes a milhares de quilômetros dos eixos da transposição. Mas a sede e a insegurança hídrica estão também nas populações vizinhas à ca-

<sup>22</sup> O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Programa 1 Milhão de Cisternas de Placa” (P1MC) foi concebido por um conjunto de organizações da sociedade civil. Ele tem o mérito de responder a uma necessidade básica da população; de reabrir a discussão sobre o problema do semi-árido brasileiro; de ter forçado o Estado a assumi-lo como política pública, ainda que compensatória; de criar um processo de movimentação (articulação em torno de uma demanda) da sociedade; e de ensaiar um processo mais coletivo e transparente de gestão de recursos públicos. Por outro lado, a acento dado, por muitas lideranças e em muitos lugares, ao aspecto da *convivência com o semi-árido*, acaba reforçando o “pressuposto da adaptabilidade das ações humanas as particulares ambientais como forma de superação da miséria regional, sem considerar devidamente a complexidade dos interesses de grupos e classes presentes, e das estruturas diacrônicas de poder historicamente construídas”. SOARES, Hidelbrando. “Sociedade e Território no Nordeste Semi-Árido: As Cinco Leituras”. *Mimeo*. Além do mais, o excesso de empolgação e exaltação do programa acaba ofuscando o escândalo da Moderna Indústria da Seca – Hidronegócio -, bancada política e economicamente pelo mesmo governo e pelas mesmas instituições que financiam o programa.

lha do São Francisco e no entorno dos grandes açudes do Nordeste, inclusive o setentrional. Aduzir mais água a estes açudes não significa fazer a água chegar ao povo que dela precisa. Todos sabem inclusive que um dos principais objetivos do projeto é alimentar o Castanhão, que vai abastecer o Porto do Pecém, em Fortaleza [...]. Portanto, a transposição é a última grande obra da indústria da seca e a primeira do hidronegócio, isto é, um representa o atraso e o outro a modernidade, mas ambos são indissociáveis. É preciso saber que a água do semi-árido será drenada para a irrigação, carnicultura, indústria e população de centros urbanos, embora seja feita em nome da população sedenta do semi-árido"<sup>23</sup>. Tudo isso sem falar no fato do governo ter submetido o projeto à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em *regime de urgência*, o que o dispensa da apreciação tanto do Comitê de Bacia, como das Câmaras Técnicas<sup>24</sup>.

3. E associados a essa política hídrico-agrícola estão dois outros complexos projetos bancados pelo governo Lula: O projeto de *Parceria Público-Privado (PPP)* e a legalização dos *trangênicos*.

Quanto ao projeto de Parcerias Público-Privado (PPP), o discurso parece, à primeira vista, bastante convincente. O Brasil precisa modernizar sua infra-estrutura. Acontece que o governo não dispõe de recursos suficientes para isso. E por se tratar, muitas vezes, de obras caras e de retorno financeiro incerto, não são tão atrativas para o setor privado. Daí a necessidade e a importância da "parceira" entre o Estado e as grandes empresas. "As PPPs funcionam da seguinte forma: o governo, que não tem dinheiro, convida investidores interessados em construir, manter e explorar comercialmente ferrovias ou rodovias por anos ou décadas. Em troca, garante, com recursos oficiais, uma determinada taxa de rentabilidade ao investidor caso os pedágios ou os fretes arrecadados fiquem abaixo do volume inicialmente combinado"<sup>25</sup>. É aqui que está o problema: O Estado assume o risco do negócio. Se der lucro, ótimo para a empresa. Se o lucro for menor que o previsto, nenhum problema para a empresa. O Estado paga, com dinheiro público, a diferença. Em todas as situações, a empresa ganha. Negócio melhor não podia existir. É o "capitalismo sem riscos"<sup>26</sup> bancado pelo Estado, com dinheiro públi-

<sup>23</sup> MALVEZZI, Roberto (Gogó). "Geografia da Sede e Hidronegócio", divulgado pela Pastoral Social - CNBB, 4/10/2004.

<sup>24</sup> Surpreendida com a forma de encaminhamento por parte do governo, afirma Patrícia Bosan, conselheira do CNRH: "Nos mais de três anos que participo do CNRH, antes como consultora, agora como conselheira, jamais testemunhei o encaminhamento, em regime de urgência, de matéria tão séria e tão complexa [...] o atual governo agiu sem nenhuma originalidade e na contramão dos seus princípios ideológicos, ao perpetrar, com essa prática, um golpe contra a sociedade civil, impedindo-a de participar do debate". BOSAN, Patrícia. "Transposição de interesses". *Jornal Folha do Meio Ambiente*, nov/dez - 2004.

<sup>25</sup> *Revista Veja*, 05/91/2005. "Outro modelo de parceria é a concessão administrativa. Nesse sistema, a companhia privada constrói obras que não arrecadam tarifas, como presídios, por exemplo, e recebe pelos serviços integralmente prestados ao Estado". *Ibid.*

<sup>26</sup> CNBB. Análise de Conjuntura - agosto de 2004. [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br).

co. De modo que a modernização da infraestrutura do país (necessária, sem dúvida!), na forma como vem sendo conduzida pelo governo Lula, é duplamente concentradora de renda. Primeiro porque está voltada para a grande indústria, para o agronegócio, para a carcinicultura. Segundo porque, na forma de PPPs, alimenta e prolonga o histórico processo de transferência de recursos públicos para o setor privado.

Quanto aos transgênicos, nos últimos anos tem crescido a pressão, por parte de empresas do agronegócio, pela liberação da pesquisa, plantio e comercialização de sementes geneticamente modificadas. Essa pressão encontrou eco no núcleo-duro do governo (Ministro da Agricultura, Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Ministro da Fazenda, Ministro da Casa Civil, entre outros) e vem progressivamente ganhando espaço, não obstante a resistência da Ministra do Meio Ambiente e de várias organizações sócio-ambientais no país. Em 2003, sob protesto de vários parlamentares e de mais de 50 entidades e organizações sociais<sup>27</sup>, o governo editou Medida Provisória que permitia o plantio e comercialização da soja transgênica para a safra de 2003/

2004. Entre disputas dentro do próprio governo e pressão tanto de empresários como de organizações e movimentos sócio-ambientais, o governo encaminhou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2003, Projeto de Lei de Biosegurança, que regulamenta a pesquisa, o cultivo, a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados. Em fevereiro de 2004 foi aprovado pela Câmara e enviado para o Senado. Em outubro o projeto foi aprovado pelo Senado com muitas modificações e encaminhado mais uma vez para Câmara. Aí, depois de aprovado com as modificações do Senado pela Comissão Especial, aguarda votação no plenário. Nova Medida Provisória foi editada pelo governo autorizando o plantio da soja transgênica para a safra 2004/2005. Como reconhece a própria Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, “o tema é polêmico e envolve vários olhares e vários interesses”<sup>28</sup>. E não está em jogo simplesmente os riscos que as sementes modificadas podem trazer para a saúde, mas, também e sobretudo, a soberania alimentar do país – dependência das empresas que têm a patente das sementes geneticamente modificadas<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Cf. CNBB. Análise de Conjuntura – outubro de 2003. [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br).

<sup>28</sup> Agência Brasileira de Notícias, 17/09/2004.

<sup>29</sup> Segundo a indiana Anuradha Mittal, co-diretora da organização First Food – instituto estadunidense que defende a reorganização do sistema global de alimentação, “hoje a Monsanto tem as patentes de todas as espécies de soja geneticamente modificada. Como essas patentes devem expirar em 20 anos, querem lucrar o máximo possível agora. Além disso, historicamente mais 1,4 bilhões de agricultores no mundo sempre fizeram reservas de sementes para plantar no ano seguinte. Agora, com a patente controlada pela Monsanto, terão de pagar royalties anuais, ou serão processados. Outro risco é a diversidade de sementes. Se perdermos, não haverá segurança porque dependeríamos de uma ou de duas variantes controladas por corporações”. *Jornal Brasil de Fato* 29, 18-24/09/2033. No Seminário Internacional sobre Transgênicos, realizado no Senado Federal, o francês Fredric Prat, consultor em questões econômicas e riscos ambientais, afirmou que apenas 3% das culturas desenvolvidas no planeta são de Organismos Geneticamente Modificados; que apenas cinco ou seis empresas atuam no setor, entre elas a Monsanto, que detém 90% do

Todos estes pontos demonstram que a macro-política do governo não só não distribui a renda e a riqueza concentradas, mas, ao contrário, aprofunda e moderniza seus mecanismos de concentração. Seja através da política monetarista de transferência de renda e riqueza para os setores rentistas e especulativos; seja através da política de crescimento econômico de transferência de renda e riqueza para as grandes empresas, o agronegócio, a carcinicultura. E não obstante (1) a tensão entre a política monetarista e a política de crescimento econômico e (2) os vários projetos sociais, mais ou menos bem sucedidos, desenvolvidos pelo governo.

1. Vários analistas, empresários e políticos (mesmo da base governista) têm insistido na tensão e mesmo contradição entre a política monetarista (superávit primário e elevada taxa de juros para o pagamento dos juros da dívida "pública") e a política de crescimento econômico do governo (grande indústria, agronegócio, carcinicultura...). A política monetarista, insistem, acaba funcionando como um freio para o crescimento econômico (limita a capacidade de investimento do governo, desestimula o setor produtivo), embora necessite dele para se manter. Mesmo assim houve um crescimento significativo em 2004 em relação aos anos anteriores e o país pode continuar crescendo. E prova-

velmente continuará crescendo. O problema é que crescimento econômico não significa, automaticamente, melhoria da qualidade de vida da população. A economia pode crescer e ficar cada vez mais concentrada. É bom lembrar que entre as décadas de 1930 e 1970 a renda *per capita* do Brasil foi multiplicada por cinco vezes. O PIB do país cresceu, em média, 5,9% ano. E mesmo assim, não houve alteração significativa no jogo distributivo da renda e riqueza: "O bolo da renda cresceu rapidamente, porém sua repartição não se mostrou distinta do que já vinha ocorrendo anteriormente"<sup>30</sup>. É o que, com outras palavras, disse o presidente Lula em uma reunião promovida pela Organização Internacional do Trabalho, na sede da ONU, em setembro de 2004: "Sabemos que o mercado é importante estímulo à produção e à alocação de recursos [...] mas os mecanismos de mercado não são capazes, por si só, de assegurar o fim das desigualdades e das injustiças, podendo até mesmo agravá-las"<sup>31</sup>. O problema é que, com sua política econômica, no Brasil, ele faz exatamente o contrário. Tudo é determinado pelo mercado e segundo as regras do mercado. Não é sem razão que a equipe econômica sempre tem a última palavra no governo. É o mercado que determina a política do governo.

2. Não existe uma incompatibilidade radical entre a macro-política concentra-

mercado; e que em 2002, 95% dos transgênicos do mundo foram produzidos em apenas três países: EUA, Argentina e Canadá. Isso revela, segundo ele, que os transgênicos não são uma realidade "imponderável" na agricultura mundial. Cf. CNBB. Análise de Conjuntura - outubro de 2003: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br).

<sup>30</sup> POCHMANN, Marcio. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>31</sup> *Jornal Tribuna da Imprensa*, 21/09/2004.

dora de renda e riqueza e a existência de programas e projetos sociais. Aliás, programas e projetos sociais são necessários, enquanto políticas compensatórias, como garantia de “tranqüilidade social” e, conseqüentemente, segurança de continuidade da política econômica. Neste sentido, a coexistência de programas e projetos sociais com a macro-política do governo é perfeitamente compreensível, embora constitua uma tensão permanente – mesmo dentro do governo. E existem muitos programas e projetos sociais funcionando, mais ou menos bem, no governo Lula. Boa parte são projetos que já vinha funcionando no governo anterior, mesmo que tenha sido ampliada e até reestruturada. Outra parte foi criada no governo Lula. Grande parte deles está aglutinada dentro do FOME ZERO<sup>32</sup>. Vão desde programas de renda mínima como o Bolsa Família (que unificou e ampliou o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás); programas de geração de trabalho e renda como o Programa Primeiro Emprego<sup>33</sup> e os programas de micro-crédito; programas habitacionais como o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável<sup>34</sup> e o reconhecimento do direito de título da terra para mulheres agricultoras; Programa 1 Milhão de Cisternas no Semi-Árido brasileiro em parceria com a ASA; programas educacionais como alfa-

betização de adultos e política de cotas para negros e alunos da escola pública nas universidades públicas; o Plano Nacional de Reforma Agrária (pelo menos na forma como vem funcionando no governo), dentre outros. Sem dúvida nenhuma, são programas extremamente importantes, sobretudo se tomarmos em consideração a situação de pobreza e miséria em que se encontra grande parte da população. Mas são programas e projetos paliativos: incapazes de romper com a dependência da população desses programas e incapazes de alterar o sistema concentrador de renda e riqueza e produtor de pobreza e miséria que caracterizam a sociedade brasileira.

Nas palavras de Leonardo Boff: “A análise crítica tem mostrado que a crise social é, em parte, o preço a ser pago pelo sucesso econômico. Mas que adianta crescimento econômico sem desenvolvimento social? Os ganhos da economia não são repassados na forma de benefícios sociais para as grandes maiorias empobrecidas e excluídas. Quem ganhava, ganha agora muito mais. Não houve a mudança necessária e prometida. Quantos esperávamos que um filho do caos social, sobrevivente da tribulação histórica dos humilhados e ofendidos do nosso povo, instaurasse a viragem libertadora. Ele se elegeu com essa bandeira. E ao chegar lá, trocou de agenda. As elites nacionais e mundiais conseguiram trazê-lo para sua

<sup>32</sup> Cf. [Http://:www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)

<sup>33</sup> A meta original era empregar 250 mil jovens, entre 16 e 24 anos. Após 14 meses, o governo só cumpriu 1% da meta do programa com 2.585 jovens contratados com carteira assinada. Em 2004, o governo desembolsou menos de 20% dos gastos autorizados no Orçamento 2004, de acordo com o Siaf – sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais. Cf. *Jornal Folha de São Paulo*, 07/01/2005.

<sup>34</sup> A meta do Ministério das Cidades para o país é que até 2006 750 mil famílias sejam atendidas. Até novembro de 2004 15,9 mil títulos foram concedidos em todo país. Cf. *Jornal o Globo*, 20/12/2004.

lógica, para o modelo econômico neoliberal dominante. Quem aceita entrar por aquela porta está perdido. Em seu frontal bem poderia estar a frase que Dante colocou na porta do inferno: 'Lasciate ogni speranza voi ch'intrate' (percam a esperança, vocês que aqui entram). Aí só contam os interesses do capital. E ele que representava os trabalhadores [...]. Foi vítima da política velhista das elites que o saudoso historiador José Honório Rodrigues bem escreveu: 'elas buscam sempre a conciliação entre elas mesmas para não conceder nada ao povo'".

## Perspectivas

Não existe nenhum sinal de que o governo esteja disposto a rever os rumos de sua política econômica. Pelo contrário. Além de defendê-la incondicional e arduamente, apresenta-a sempre como a principal responsável pelo "sucesso" do governo. E não só. No processo de reforma ministerial que vem se arrastando desde novembro, os únicos ministérios que nunca foram sequer cogitados de mudança são exatamente os ministérios que vêm bancando a política econômica do governo. E com essa política econômica não há perspectiva de alteração no quadro de distribuição de renda e riqueza no país. Sem dúvida continuarão – e até serão ampliados – os projetos e programas sociais. Mas sempre de cunho emergencial, paliativo, incapazes de superar a dependência dos pobres desses mesmos projetos e programas (o que não deixa de ser um "bom" capital político-eleitoral: a história do Brasil tem mostrado que o melhor cabo eleitoral da elite é a pobreza e a miséria).

Com a indisposição do governo de rever sua política econômica, vem crescendo a

cada dia a tensão e mesmo a ruptura de grupos, setores, movimentos e lideranças sociais, acadêmicas, religiosas... historicamente ligados ao Partido do Trabalhadores, à candidatura e à companha Lula e, mesmo, ao governo Lula. Uma das mais visíveis e especuladas foi a saída de Frei Betto da Assessoria Especial da Presidência da República e da coordenação do Programa de Mobilização Social do Fome Zero.

Além do mais, o processo de reforma ministerial, em fase de conclusão, tende a reduzir o espaço dos grupos e tendências mais críticas à política econômica (tirando do primeiro escalão pessoas mais ligadas aos movimentos sociais); ampliar a participação de grupos e partidos de centro e de direita (especialmente o PMDB) e integrar até setores mais conservadores da política brasileira como o PP de Paulo Maluf e Roseana Sarney do PFL – ex-governadora do Maranhão, filha do ex-presidente Sarney.

Com o distanciamento de grupos, setores, movimentos e lideranças sociais, acadêmicas e religiosas do campo popular e com a ampliação da participação dos grupos e partidos de centro e de direita, o governo tende a ficar mais conservador e mais afinado com os interesses da elite. Um segundo mandato de Lula, o que é praticamente certo, terá um perfil muito mais conservador e, conseqüentemente, muito mais definido como governo de centro.

De modo que, do ponto de vista do enfrentamento da desigualdade social e da superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza, o governo Lula, até agora, tem sido um fracasso. E tudo indica que será *mais um* governo das elites. A não ser que haja uma reorientação do governo, o que é muito pouco provável.

A esperança continua vindo de onde sempre veio: das ruas, dos acampamentos, das ocupações, das periferias, das aldeias, dos movimentos, das organizações e pastorais populares, do saber e conhecimento comprometidos com a justiça social..., enfim, da vontade de viver e da resistência cotidiana – no sonho, na solidariedade, nas mobilizações, nas organizações e nas lutas – dos pobres e seus aliados... É aí onde a *novidade, também institucional*, é gestada – como bem mostra a história. É aí onde atua o Espírito vivificador e re-criador/redentor do Deus da Vida, fonte de toda vida – como bem testemunhou Jesus Cristo e tantos e tantas que têm regado com o “próprio” sangue o sonho e a luta por um mundo de justiça e paz. E é aí onde devemos estar todos e

todas (pessoas, grupos, organizações, igrejas, movimentos, partidos...) que não aceitamos o decreto de morte dado aos pobres pela lógica mercadológica que governa o mundo e que ousamos afirmar que “outro mundo é possível”. Devemos estar aí: sonhando, resistindo, recriando, reinventando, ensaiando alternativas (também institucionais!), articulando forças... Na luta com antigos/as e novos/as companheiros/as, com antigas e novas mediações... “OUTRO BRASIL É POSSÍVEL”!!!

---

Francisco de Aquino Júnior – Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte e professor de teologia no Instituto Teológico Pastoral do Ceará.

Endereço do autor:

Caixa Postal 27

62930-000 Limoeiro do Norte – CE

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Até que ponto o governo Lula tem conseguido romper com o padrão concentrador de riqueza e renda que caracteriza a história da sociedade brasileira ou até que ponto ele tem continuado e mesmo reforçado esse padrão?
- 2- Do ponto de vista do enfrentamento da desigualdade social e da superação efetiva e eficaz da miséria e da pobreza, o governo Lula é uma novidade e um avanço políticos? Ou, embora bem intencionado, não tem conseguido, realmente, criar mecanismos de distribuição da riqueza e da renda concentradas ou até mesmo tem reforçado e 'modernizado' o padrão concentrador de riqueza e renda no país?"
- 3- Que fazer para continuar animando a esperança das pessoas e grupos nessa circunstância difícil do País?

“Não é sem razão que a equipe econômica sempre tem a última palavra no governo. É o mercado que determina a política do governo.”



CRB

Impresso  
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

## *Quadro Programático da CRB 2005-2007*

### *Horizontes*

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

### *Prioridades*

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

### *Realces*

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.